

DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

JUVENTUDES NO OLHO DO FURACÃO

e a representação na Câmara dos Deputados

**Elisa Guaraná de Castro, Paloma Chaves Lima,
Tony Souza, Larissa Rodrigues, Luisa Seixas,
Milena Grasseli, Pedro Henrique Silva, Raphaella
Miranda de Oliveira, Rebeca Gonçalves**

Novembro de 2024



Práticas políticas atuais das/dos jovens rompem dicotomias entre “novo” e “velho”. A construção de identidades políticas combina trajetórias individuais com lutas coletivas, associando formas de sociabilidade, históricos familiares, de trabalho e de inserção política.



Nas três últimas eleições temos a presença importante e em crescimento de mulheres candidatas e eleitas jovens até 35 anos. Ainda que apenas 60 deputados e deputadas até 35 anos tenham sido eleitos/as em 2022, 30% são mulheres, ao passo que apenas 16,11% de mulheres foram eleitas acima de 36 anos.



Jovens parlamentares atuam de forma ampla em pautas nacionais, locais, políticas públicas, política econômica, social e de direitos, com a priorização da disputa sobre a educação. Um interesse da participação juvenil, ainda pouco absorvido nas nominatas das candidaturas na maioria dos partidos.

Índice

INTRODUÇÃO	2
O percurso.....	3
QUEM SÃO OS E AS JOVENS QUE SE CANDIDATAM E QUE COMPÕEM A CÂMARA FEDERAL: PERFIL DOS E DAS JOVENS CANDIDATOS/AS E ELEITOS/AS	5
REPRESENTAÇÃO JUVENIL E AS SUPER VOTAÇÕES: VOTAÇÃO E FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	11
Representação juvenil partidária: presença de jovens candidatos e eleitos nos partidos e bancadas	11
O desempenho eleitoral dos jovens eleitos: as super votações	13
AS JUVENTUDES ESTÃO REPRESENTADAS NA CÂMARA?	15
Trajetórias e caracterização dos e das parlamentares acompanhados pela pesquisa	15
A identidade juventude, pautas e agendas	19
As super votações, múltiplas inserções e a ideia de renovação: rompendo dicotomias da “nova” e “velha” política	28
CAMINHOS PARA O DEBATE E FUTURAS AGENDAS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
Anexo	32

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre representação política formal (parlamentar, em partidos, governamental), ainda são pouco privilegiados no campo dos estudos sobre juventudes. No Congresso Brasileiro, menos de 4% de deputados e deputadas federais têm até 29 anos e menos de 12% até 35 anos. Outros dados apontam um possível desinteresse das juventudes nas eleições. Contudo, dois fenômenos chamam a atenção: observamos um aumento significativo da participação de eleitores jovens até 17 anos e temos jovens até 29 anos que foram eleitos com super votações. Em um contexto recente de intensa disputa política, analisar a participação de jovens nas eleições, nos últimos 10 anos, nos permite aprofundar as percepções sobre participação juvenil e problematizar as percepções sobre desinteresse e renovação.

As intensas alterações no cenário político recente em países da América Latina apontam preocupações antigas e novas. Com alternâncias entre governos progressistas e governos de cunho autoritário, um dos elementos mais observados é a ascensão da extrema direita (Messenberg, 2019; Pignataro; Tremínio; Chavarría-Mora, 2021; Semán, 2023; Araújo, Barros e Perez, 2022)¹. O quadro se complexifica com pesquisas que apontam o crescente desinteresse na filiação partidária, que também se manifesta nas juventudes de países da região (Araújo; Perez, 2021). No Brasil, a turbulência política tem sido intensa especialmente nos últimos 12 anos. Em pouco mais de uma década, vivemos grandes protestos de rua como as Jornadas de Junho de 2013 (Gohn, 2016; Altman, Carlotto, 2023; Perez, 2021; Castro, 2023); o golpe contra a presidenta Dilma (Benevides et al., 2018); a eleição do presidente Bolsonaro; a eleição do presidente Lula e a tentativa de golpe em 8 de janeiro 2023. Em todos esses momentos observamos a participação juvenil (Castro, 2024).

A contribuição apresentada é fruto da pesquisa *A Juventude no olho do furacão: identidades, ação política e organizações*

de juventude no Brasil, que tem mapeado as formas de organização, representação e ação política das juventudes brasileiras dos anos 2000 em diante³. A pesquisa integra o Grupo de Trabalho Infancias y Juventudes do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) e o Observatório em Infancias y Juventudes. Os resultados evidenciam que as construções de representação política atravessam configurações formais, como espaços parlamentares, e incorporam as novas tecnologias, com o uso intenso de redes sociais (Ramos, 2015; Gomes, 2017). Esse encontro de agendas e de repertórios produz novas identidades políticas, e articula “novas” e “antigas” formas de organização e mobilização, posicionadas em dinâmicas de múltiplos pertencimentos (Castro e Dulci, 2023, Castro, 2024).

Como marcos teóricos consideramos juventudes em sua construção como categoria social e política (Castro, 2013, 2022), em sua pluralidade como múltiplas identificações e pertencimentos (Novaes, 1998; Perez, Vommaro, 2023) e, a partir de construções históricas, culturais e de identidades que mobilizam subjetividades e construções coletivas (Brah, 2006). Com base nessas abordagens, a análise do contexto da participação política juvenil no Brasil revela a interrelação entre organização e ação política e processos de institucionalização governamental de direitos e políticas públicas (Castro e Macedo, 2019; Castro, Oliveira e Rico, 2024).

Os governos Lula (2003-2006/2007-2010) e Dilma (2011-2014/2015-2016) deram visibilidade ao tema “juventudes” com a criação de marcos regulatórios, de políticas públicas e com a institucionalização da representação juvenil, por meio de órgãos de execução das Políticas Públicas de Juventude (PPJs) (Ribeiro, 2016; Castro, Oliveira e Rico, 2024). Vale lembrar que as ações no âmbito do Estado se deram em meio a um intenso debate acadêmico com especialistas nos estudos sobre geração e juventudes, articulados, por sua vez, com jovens pesquisadores e lideranças juvenis de inúmeros movimentos sociais (Dulci e Macedo, 2019). Desse diálogo, o que

¹ A definição ideológica de esquerda a extrema direita tem sido alvo de esforços interpretativos. Aqui, apontamos algumas dessas referências. Tomamos para esta contribuição o alinhamento com temas que mobilizam a oposição à ampliação de direitos humanos e sociais, bem como do reconhecimento da diversidade como elementos que hoje refletem posições de extrema direita no mundo. Utilizamos também a autoidentificação ou identificação expressa publicamente.

² Comitê de Ética – O Projeto sob processo 23083.040349/2020-69 foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRRJ / CEP (Parecer N° 1124 / 2020 - PROPPG (12.28.01.18) e está em conformidade com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos

³ Desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Juventude, participação política e representação social (UFRRJ). A equipe de pesquisa é composta por estudantes de graduação e pós-graduação. Além daqueles que assinam este informe, agradecemos a colaboração de Luiza Dulci.

observamos foi um acionamento inédito da categoria juventude como identidade política (Castro, 2009).

Vale notar que as possibilidades de inserção no espaço público e o cruzamento com outros temas políticos ganham densidade, se percebidos a partir de marcadores da diferença que expressam formas de dominação: classe, raça, etnia, gênero e sexualidade. Assim, a interseccionalidade (Stolcke, 2006; Brah, 2006) torna a atuação política daqueles que se autoidentificam como jovens, um processo denso de significados. Isso se materializa na forma de expressarem seus múltiplos pertencimentos e agendas. Esses temas também são alvo de disputa entre diferentes projetos políticos abraçados pelas juventudes. Um “achado” importante é que, quanto à diversidade de gênero, temos mais mulheres jovens candidatas e eleitas, do que com 36 anos ou mais.

O presente estudo enfatiza como práticas políticas das/dos jovens ultrapassam e até mesmo quebram dicotomias entre “novo” e “velho”. Suas múltiplas trajetórias demonstram como a construção de identidades políticas combina trajetórias individuais com lutas coletivas, associando formas de sociabilidade, históricos familiares, de trabalho, de inserção política, dentre outras.

A ênfase em dicotomias – novo/velho; horizontal/hierarquizado – não configura novidade no campo de estudos das ciências sociais. Desde, pelo menos, meados do século XX, tais categorias são utilizadas para explicar fenômenos de mobilização social. De 2013 e, sobretudo, de 2014 para cá, o Brasil vivenciou processos de mudança que contaram com a participação relevante dos chamados novos atores organizados (Gohn, 2016). Nesse contexto, observou-se um distanciamento de agendas das juventudes na disputa por reconhecimento, distribuição de recursos e acesso a direitos (Fraser, 2001; 2007), em direção à disputa em um *tempo da política* (Palmeira, 1996) *alargado*, isto é, da disputa eleitoral que se alonga desde esse período e por utopias ou modelos de sociedade (Castro e Dulci, 2023; Castro, 2024).

Esta contribuição propõe problematizar a percepção de baixo interesse político juvenil com foco no engajamento nas eleições para a Câmara dos Deputados. Observamos um amplo espectro de filiação política, incluindo, mais recentemente, expressões políticas juvenis da denominada extrema direita. Com representações de diferentes alinhamentos políticos, um fenômeno que chamou a atenção foram as super votações como Kim Kataguiri (DEM/SP) e João Campos (PSB/PE) em 2018 e Nikolas Ferreira (PL/MG) em 2022. A análise propõe problematizar que a própria categoria juventude está em disputa e vem sendo acionada de diferentes formas por atores da cena política na nossa história recente.

Importante identificar que, hoje, a juventude até 29 anos representa 20,9% da população brasileira e aumenta para 30,2% quando consideramos os jovens até 35 anos. No entanto, quando a análise se concentra no número de eleitores, a presença de jovens até 34 anos aumenta para 33,87%, dados que possibilitam concluir que a representatividade de jovens na Câmara Federal é baixa, já que menos de 4% dos

eleitos têm até 29 anos e menos de 12% até 35 anos. Outro dado importante encontrado no perfil eleitoral disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é que, apesar do número de eleitores jovens até 34 anos ter diminuído progressivamente, nas últimas 3 eleições federais (2014 - 39,44%; 2018 - 36,24%; 2022 - 33,87%), os eleitores jovens que não possuem obrigação legal de votar, ou seja, com faixa etária de 16 e 17 anos, aumentaram significativamente, com destaque para os eleitores com 16 anos que dobraram de número nas últimas 3 eleições (2014 - 480 mil eleitores; 2018 - 403 mil eleitores; e por fim, 2022 - 815 mil eleitores). Esse eleitorado tem sido estimulado a votar com campanhas da sociedade civil e do TSE⁴.

O fenômeno da super votação será tratado para problematizarmos a participação juvenil na Câmara dos Deputados: observamos parlamentares jovens eleitos campeões de votação. E uma importante diversidade no perfil de candidaturas, que aponta um interesse renovado na participação desse espaço árido para a presença juvenil. Consideramos que analisar essa forma “tradicional” de representação política é uma janela para compreender a participação juvenil em uma perspectiva dos seus múltiplos pertencimentos e desafios.

O PERCURSO

Por meio do cruzamento de dados eleitorais e das variáveis encontradas procuramos compreender: o grau de atuação das juventudes na competição eleitoral, mais especificamente os candidatos e eleitos ao cargo de deputado federal nas eleições gerais de 2022, 2018 e 2014, identificar se há mais diversidade racial e de gênero entre jovens candidatos e eleitos, se há diferença no grau de escolaridade entre jovens e não jovens (eleitos e candidatos), quais partidos lançaram mais candidaturas jovens e quais obtiveram mais sucesso eleitoral nesta categoria. Além disso, a presente contribuição buscou entender qual o perfil desses jovens presentes na Câmara dos Deputados. Levando em consideração o objetivo desta análise, foram filtradas para o cálculo de candidaturas apenas aquelas que foram inseridas na urna, ou seja, aquelas que tiveram a possibilidade de serem votadas, desconsiderando aquelas que não concorreram efetivamente ao pleito. O recorte “inseridos na urna” compreende todos aqueles que estavam cadastrados na urna eletrônica e puderam receber votos, independentes de sua situação eleitoral, isso inclui os candidatos que concorreram sub judice (que estavam concorrendo através de recurso judicial eleitoral). A planilha disponibilizada pelo TSE possui a classificação de candidatos deferidos e indeferidos, no entanto, entre os indeferidos existem os que não concorreram e os que concorreram através de recurso eleitoral, mas essa condição nem sempre é clara nos dados fornecidos. Logo, para não excluir da pesquisa candidatos que estavam indefe-

4 O TSE realiza campanha para o 1º voto com foco nessa parcela do eleitorado de 16 e 17 anos. Ver <https://www.youtube.com/watch?v=Rz0Zn-RHpsNc> Partidos políticos e campanhas também focam nesse público. Ver Comitês Populares de Luta do PT lançam “campanha do primeiro voto”. Disponível em: <https://pt.org.br/comites-populares-de-luta-do-pt-lancam-campanha-do-primeiro-voto>. Acesso em: 05 nov.2024.

ridos, mas que concorreram ao pleito com recurso, inclusive, conseguindo reverter a decisão de indeferimento, optamos pelo recorte inseridos na urna.

Para a compreensão das juventudes foi considerado o grupo com idade, na data da posse, entre 21 e 35 anos, divididos em dois subgrupos) i) 21 até 29 anos; e ii) 30 até 35 anos. Ao definir o corte de 35 anos para identificar jovens e não-jovens, foi levado em consideração a idade mínima para tomar posse como deputado/a federal no Brasil e o artigo 14, §3º, inciso VI da Constituição Federal, que delimita a idade mínima de 35 anos para candidatura aos cargos federais (Presidência da República e Senado Federal), que possam ser linha sucessória do objeto de estudo dessa pesquisa. Mantivemos, também, o corte etário de até 29 anos, seguindo o Estatuto da Juventude e que permite a comparação com outros estudos sobre juventude. E, para a análise do perfil, foram considerados idade, gênero, raça/cor e escolaridade, além de apresentar a inclinação política, observando o partido político em que estavam filiados durante a competição eleitoral.

Quanto às candidaturas e aos eleitos, a pesquisa também buscou compreender outros aspectos importantes, primeiramente, identificar quais partidos políticos abriram espaço em suas listas de candidatos (nominata) para a inserção de candidaturas jovens referentes às eleições investigadas, identificar quais jovens se destacaram entre os 20 deputados/as mais votados no país, quais partidos obtiveram mais sucesso ao eleger jovens para o Parlamento Federal. Com este levantamento, identificamos o que estamos classificando como **super votações**. Votações que estão entre os 20 mais votados do país.

Levando em consideração a seguinte afirmação de Ignácio Cano (2012, p. 108), “feliz ou infelizmente, número algum se interpreta a si mesmo”, é que será utilizado neste trabalho tanto técnicas qualitativas, quanto técnicas quantitativas de cunho descritivo, tendo em vista que foram consideradas informações quantificáveis para serem usadas na presente análise. Todas as informações tratadas neste informe foram extraídas dos dados abertos divulgados pelo site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁵, através da organização da Assessoria de Gestão Eleitoral (TSE/AGEL) e do grupo candidatos 2022, 2018 e 2014, especificamente a planilha que engloba todas as Unidades Federativas.

A pesquisa, que apoia esta contribuição, realizou um monitoramento do processo eleitoral de 2022 de candidaturas jovens por meio de observação de suas redes sociais. Dentre as e os deputados eleitos/as, 12 foram selecionados (21-35 anos) para um levantamento do período da campanha e o primeiro ano de atuação parlamentar. A seleção teve como elementos para sua definição: corte etário, buscando os mais novos eleitos; desempenho eleitoral; reeleição e primeiro mandato; singularidades de atuação; filiação a partidos e/ou identificação clara com campos políticos da esquerda à direita; trajetórias diversas em movimentos sociais, coletivos ou

organizações; origem familiar na política, dentre outros.

Acessamos sites de movimentos e organizações sociais, as redes sociais dos candidatos e eleitos, bem como o Portal da Câmara dos Deputados⁶, para observar trajetórias, agendas políticas e atuação parlamentar. O método de levantar os dados das redes sociais foi individualizado, por meio do acompanhamento cotidiano das redes e sites, identificando perfis e postagens produzidos pelos próprios jovens observados. Ao analisar prints e o conjunto das manifestações captadas, observamos como se descreviam, a linguagem utilizada, que agendas apresentavam, se acionavam ou não a identidade juvenil. Esse percurso foi potencializado pela experiência de jovens pesquisando jovens. Para analisar como atuaram em seus mandatos, foram utilizados o site Congresso em Foco do portal UOL⁷ e o site da Câmara dos Deputados.

O caminho para analisarmos o acionamento da categoria juventude como identidade foi o monitoramento das redes sociais. As redes sociais com os maiores números de interação dos parlamentares foram o Instagram e o X (*Twitter*). Assim, integrantes da pesquisa, jovens estudantes de graduação, acompanham desde 2018 candidatos e eleitos à Câmara dos Deputados. Para esta contribuição, apresentamos o acompanhamento dos 12 candidatos/as e eleitos/as do pleito de 2022 selecionados. Na sequência desta Introdução, apresentamos os dados e as análises do perfil das e dos jovens candidatos e eleitos. Em seguida, na terceira parte, discutimos a representação juvenil na Câmara dos Deputados, por meio da votação e filiação partidária; na quarta parte, apresentamos uma leitura sobre as identidades juvenis, bem como as agendas e as políticas públicas de ou para as juventudes levantadas na atuação destes parlamentares. Finalmente, a quinta e última seção aponta considerações finais e a agenda futura de pesquisa.

⁵ Dados Abertos, Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2022> Acesso em: 18 out. 2024.

⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 18 out. 2024.

⁷ Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/> Acesso em: 29 jun. 2024. Congresso em Foco – UOL. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/>

QUEM SÃO OS E AS JOVENS QUE SE CANDIDATAM E QUE COMPÕEM A CÂMARA FEDERAL: PERFIL DOS E DAS JOVENS CANDIDATOS/AS E ELEITOS/AS

A Câmara dos Deputados do Brasil se apresenta majoritariamente masculina, branca e com idade média entre 49 e 50 anos, nas últimas 3 eleições. Em 2022, dos 513 deputados e deputadas apenas 60 tinham até 35 anos. Dos até 29 anos, a representação é ainda menor, apenas 18. Somente 91 deputadas compõem a Câmara, das quais 18 têm até 35 anos. Na questão racial, veremos que, apesar de um pequeno avanço, seguimos com uma Câmara majoritariamente branca. Em 2018, eram 387, em 2024 são 369 deputadas e deputados que assim se auto identificam, quando da sua inscrição como candidatos e candidatas.

Reputando todas as variáveis coletadas, é possível perceber que a presença da juventude na competição eleitoral é relativamente baixa, ao comparar o número total de candidaturas para deputado federal registradas nos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) com a quantidade de candidaturas jovens (idade de 21 até 35 anos) para o mesmo cargo e no mesmo pleito.

Em relação ao total geral de candidatos concorrentes ao cargo analisado, as candidaturas jovens, com idade de 21 até 35 anos, representam 16,16% em 2014, 14,35% em 2018 e apenas 11,89% em 2022. Quando a comparação se dá em relação aos subgrupos de jovens, quais sejam, de 21 a 29 anos e 30 a 35 anos, percebe-se que, quanto mais biologicamente jovem for o grupo, menor é a sua participação na disputa ao cargo de deputado federal nas eleições gerais de 2014, 2018 e 2022.

Dessa forma, os dados encontrados refletem um aumento de candidatos 36+ no total geral e uma diminuição da participação de jovens na competição eleitoral para o cargo de deputado federal, conforme Quadro 1.

Quanto aos eleitos/as, apesar de um pequeno aumento em 2018, a situação não muda muito já que em 2022 o número de jovens eleitos volta a cair, acompanhando os números baixos encontrados nas candidaturas, representando 12,28% em 2014, 13,65% em 2018 e apenas 11,70% em 2022 do total geral de eleitos, conforme Quadro 2.

Diante dos dados apresentados, é possível dizer que a presença da juventude na arena eleitoral é “relativamente baixa”, tanto em relação às candidaturas, quanto aos eleitos. Ao levar em conta, além dos dados eleitorais extraídos do TSE, os

Quadro 1. Candidatos a deputados federais inseridos na urna divididos em subgrupos (21 a 35 anos, 21 a 29 anos, 30 a 35 anos e 36+) nas eleições gerais de 2014, 2018 e 2022 – nº (número) de candidaturas em cada subgrupo e porcentagem encontrada ao comparar com o total geral de candidaturas referente ao cargo pleiteado pelos subgrupos.

Candidaturas Deputado Federal				
Ano	Idade	Nº	%	Varição Percentual das Candidaturas Jovens em Relação à Eleição Anterior
2022	21 a 35 anos	1.185	11,89%	Caiu: -2,46%
	21 a 29 anos	443	4,44%	
	30 a 35 anos	742	7,44%	
	36+	8.785	88,11%	
	Geral	9.970	100%	
Ano	Idade	Nº	%	Varição Percentual das Candidaturas Jovens em Relação à Eleição Anterior
2018	21 a 35 anos	1.160	14,35%	Caiu: -1,81%
	21 a 29 anos	407	5,04%	
	30 a 35 anos	753	9,32%	
	36+	6.923	85,65%	
	Geral	8.083	100%	
Ano	Idade	Nº	%	Varição Percentual das Candidaturas Jovens em Relação à 2014
2014	21 a 35 anos	1.153	16,16%	
	21 a 29 anos	457	6,40%	
	30 a 35 anos	696	9,75%	
	36+	5.983	83,84%	
	Geral	7.136	100%	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

dados sobre a faixa etária da população brasileira disponibilizada pelo IBGE referente ao censo de 2022, é possível identificar que a população jovem, com idades entre 16 e 35 anos, representa 28,2% da população nacional. Além disso, segundo os dados do TSE sobre perfil eleitoral na eleição de 2022, os jovens eleitores, com idade entre 16 e 34 anos, representam 33,87% dos eleitores, no entanto, esse número seria maior se fosse considerada a faixa etária de 35 anos⁸.

Para a análise comparativa de diversidade, foram levados em consideração idade, raça/cor, gênero e escolaridade das/dos

⁸ É possível acessar as idades individualmente dos 16 anos até 20 anos. A partir de 21 anos o TSE informa o perfil eleitoral por grupo de idade da seguinte forma: 21 até 24 anos, 25 até 29 anos, 30 até 34 anos, 35 até 39 anos e assim por diante.

Quadro 2. Eleitos para o cargo de deputado federal divididos em subgrupos (21 a 35 anos, 21 a 29 anos, 30 a 35 anos e 36+) nas eleições gerais de 2014, 2018 e 2022 – nº (número) de eleitos em cada subgrupo e porcentagem encontrada ao comparar com o total geral de eleitos para o mesmo cargo.

Eleitos Deputado Federal				
Ano	Idade	Nº	%	Variação Percentual das Candidaturas Jovens em Relação à Eleição Anterior
2022	21 a 35 anos	60	11,89%	
	21 a 29 anos	18	4,44%	
	30 a 35 anos	42	7,44%	
	36+	453	88,11%	
	Geral	513	100%	
Ano	Idade	Nº	%	Variação Percentual das Candidaturas Jovens em Relação à Eleição Anterior
2018	21 a 35 anos	70	14,35%	
	21 a 29 anos	19	5,04%	
	30 a 35 anos	51	9,32%	
	36+	443	85,65%	
	Geral	513	100%	
Ano	Idade	Nº	%	Variação Percentual de Eleitos Jovens 2014 - 2022
2014	21 a 35 anos	63	16,16%	
	21 a 29 anos	20	6,40%	
	30 a 35 anos	43	9,75%	
	36+	450	83,84%	
	Geral	513	100%	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

candidatos e eleitos, dados disponibilizados pelo TSE e exigidos no momento do registro da candidatura. Em relação à raça/cor, trata-se de autodeclaração, a partir das opções do IBGE; quanto ao gênero, as opções disponibilizadas se dividem em masculino e feminino.

Quanto à escolaridade, as opções encontradas foram: lê e escreve, fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, superior incompleto e superior completo. Ao analisar os dados, foi possível perceber que as primeiras quatro opções representam pouca relevância, por isso foram reunidas no grupo “outros” e as outras opções respeitaram suas próprias denominações.

Em relação aos candidatos jovens (21 a 35 anos) e não jovens (36+), foi possível identificar que o nível de escolaridade, em linhas gerais, é alto e aumentou progressivamente nos anos eleitorais analisados, assim, na média geral de candidatos, que possuem nível superior completo, a representação é de 45,81% em 2014, 51,63% em 2018 e 54,24% em 2022. Candidatos que estão classificados no grupo “outros” representam uma pequena parte dos concorrentes ao pleito, com 10,71% em 2014, 8,91% em 2018 e 7,50% em 2022. Também foi verificado que, em relação aos candidatos, não há variação significativa entre estes grupos, conforme Quadro 3.

Em relação aos eleitos, houve um crescimento exponencial no nível de escolaridade, com a média geral dos candidatos, que possuem ensino superior completo, aumentando para 77,64% em 2014, 81,35% em 2018 e 79,33% em 2022. Em relação aos jovens, em 2022 nenhum eleito foi classificado no grupo “outros” e mais de 90% estão nas categorias su-

Quadro 3. Candidatos para o cargo de deputado federal divididos em subgrupos (21 a 35 anos e 36+) nas eleições gerais de 2014, 2018 e 2022 – Porcentagem encontrada ao comparar a escolaridade com o total geral de cada subgrupo e a porcentagem média de escolaridade ao analisar os subgrupos juntos em cada ano eleitoral

Perfil escolar dos candidatos a Deputado Federal				
Ano	Escolaridade	21 a 35 anos	36+	Média Geral de Todos os Candidatos no Ano
2014	Superior completo	41,54%	50,08%	45,81%
	Superior incompleto	20,47%	9,31%	14,89%
	Ensino médio completo	30,36%	26,83%	28,60%
	Outros	7,63%	13,79%	10,71%
	2018	Superior completo	47,59%	55,67%
Superior incompleto	18,53%	8,05%	13,29%	
Ensino médio completo	27,20%	25,12%	26,16%	
Outros	6,64%	11,17%	8,91%	
2022	Superior completo	48,52%	59,95%	54,24%
	Superior incompleto	16,96%	8,21%	12,59%
	Ensino médio completo	28,69%	22,66%	25,68%
	Outros	5,82%	9,17%	7,50%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Quadro 4. Eleitos para o cargo de deputado federal divididos em subgrupos (21 a 35 anos e 36+) nas eleições gerais de 2014, 2018 e 2022 – Porcentagem encontrada ao comparar a escolaridade com o total geral de cada subgrupo e a porcentagem média de escolaridade ao analisar os subgrupos juntos em cada ano eleitoral

Perfil escolar dos eleitos Deputado Federal				
Ano	Escolaridade	21 a 35 anos	36+	Média Geral dos Eleitos no ano
2014	Superior completo	74,60%	80,67%	77,64%
	Superior incompleto	15,87%	6,67%	11,27%
	Ensino médio completo	9,52%	8,44%	8,98%
	Outros	0,00%	4,22%	2,11%
2018	Superior completo	81,43%	81,26%	81,35%
	Superior incompleto	15,71%	5,87%	10,79%
	Ensino médio completo	1,43%	9,03%	5,23%
	Outros	1,43%	3,84%	2,64%
2022	Superior completo	75,00%	83,66%	79,33%
	Superior incompleto	20,00%	6,84%	13,42%
	Ensino médio completo	5,00%	5,52%	5,26%
	Outros	0,00%	3,97%	1,99%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

perior completo e superior incompleto. Apesar de possuir uma predominância de eleitos 36+ inseridos nas categorias “outros” e ensino médio completo, é importante dizer que as categorias superior completo e superior incompleto representam mais de 85% dos parlamentares que possuem 36 anos ou mais, conforme apresentado no Quadro 4.

Quanto ao perfil racial das/dos candidatas ao cargo de Deputado Federal nas eleições de 2014, 2018 e 2022, é possível perceber um aumento gradativo de candidaturas de não brancos, embora ainda muito baixo. Em 2014, as nominatas registraram 58,65% de candidatos brancos, 29,94% de candidatos pardos, 10,65% de candidatos pretos e menos de 1% compostos por amarelos e indígenas. Em 2018, os candidatos pardos e pretos tiveram um pequeno aumento de 1,63% e 0,60% respectivamente. No ano de 2022, houve um aumento um pouco maior nas candidaturas de pardos e pretos de 2,73% e 4,24% respectivamente. No entanto, a diversidade racial nas candidaturas continua baixa, em 2022, ano em que houve um maior aumento de candidatos pretos ao cargo de deputado federal, sendo preto ou pardo apenas 15,48% da média geral de candidatos.

Na comparação entre jovens e não jovens, não há diferença significativa, apesar de existir uma vantagem de 3,65% de candidatos pretos no grupo de jovens em 2022, conforme Quadro 5.

Ao analisar o perfil racial/cor dos eleitos ao cargo de Deputado Federal nas eleições de 2014, 2018 e 2022 é possível perceber um pequeno aumento na diversidade, porém com uma realidade menos expressiva do que em relação aos candidatos. Ao examinar a média geral de eleitos nas três eleições, verifica-se que, em 2014, 83,21% do parlamento é composto por brancos, 14,16% por pardos, 2,24% por pessoas pretas e nenhuma candidatura indígena.

Ao fazer uma análise evolutiva, verificamos que os avanços foram pequenos. Em relação aos eleitos pretos, a variação percentual em 2014 foi de 0,74% e, em 2018 e 2022, a variação foi de 2,18% considerando a eleição federal anterior. A queda de 7,05% de pessoas brancas eleitas em 2018 ocorre no mesmo pleito em que há aumento de 5,47% de eleitos que se autodeclararam pardos.

Quadro 5. Candidatos para o cargo de deputado federal divididos em subgrupos (21 a 35 anos e 36+) nas eleições gerais de 2014, 2018 e 2022 – Porcentagem encontrada ao comparar raça/etnia com o total geral de cada subgrupo e a porcentagem média de raça/etnia ao analisar os subgrupos juntos em cada ano eleitoral.

Perfil racial dos candidatos a Deputado Federal					
Ano	Raça	21 a 35 anos	36+	Média Geral dos Candidatos no Ano	Varição Percentual
2014	Branco	59,50%	57,80%	58,65%	
	Pardo	28,01%	31,86%	29,94%	
	Preto	11,88%	9,41%	10,65%	
	Amarelo	0,26%	0,58%	0,42%	
	Indígena	0,35%	0,35%	0,35%	
	Ñ informado	0,00%	0,00%	0,00%	
2018	Branco	54,14%	58,11%	56,13%	-2,53%
	Pardo	33,10%	30,03%	31,57%	1,63%
	Preto	11,81%	10,67%	11,24%	0,60%
	Amarelo	0,43%	0,72%	0,58%	0,16%
	Indígena	0,52%	0,46%	0,49%	0,14%
	Ñ informado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2022	Branco	45,82%	51,14%	48,48%	-7,65%
	Pardo	34,85%	33,74%	34,30%	2,73%
	Preto	17,30%	13,65%	15,48%	4,24%
	Amarelo	0,68%	0,36%	0,52%	-0,06%
		0,76%	0,52%	0,64%	0,15%
	Ñ informado	0,59%	0,58%	0,59%	0,59%

Quando a comparação de diversidade ocorre entre jovens eleitos (21 a 35 anos) e eleitos 36+, percebe-se que a diversidade alcança números menores entre os jovens, com destaque para o pior cenário em 2018, quando houve 1,43% de pessoas jovens pretas eleitas e 4,51% de pessoas pretas 36+ eleitas.

De fato, em 2022, tanto entre jovens eleitos quanto entre os eleitos 36+, houve uma melhora da representação racial, o que pode ser justificado pela criação de leis eleitorais mais inclusivas durante esse período, como por exemplo a promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº111/2021, que promoveu a diversidade dos cargos políticos ao normatizar a distribuição dos recursos do Fundo Partidário, do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão proporcionalmente ao total de candidatos negros que o partido apresentar para a disputa eleitoral a partir das Eleições Gerais de 2022. Desta forma, a EC estabelece que os votos dados a candidatas mulheres e a pessoas negras serão contados em dobro para efeito da distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) – também chamado de Fundo Eleitoral – nas eleições de 2022 a 2030.

Em relação ao gênero, a partir de 2009, através da Lei 12.034/09, que alterou a redação do art. 10, §3º da Lei das Eleições, tornou-se obrigatória a cota de gênero, isso quer dizer que, a nominata (lista de candidatos do partido) deve obrigatoriamente ter a sua composição diversificada no quesito gênero, ou seja, não importa o gênero, se masculino ou feminino, mas do total de candidatos presentes naquela lista, deve-se respeitar o mínimo de 30% para um deles. Ao analisar as candidaturas ao cargo de Deputado Federal nas eleições de 2014, 2018 e 2022, é possível perceber que há muito mais representatividade de mulheres entre jovens do que no subgrupo de não jovens. Enquanto o grupo dos 36+ fica abaixo da cota nas eleições de 2014 e 2018 e apenas 3,47% acima do mínimo determinado pela legislação, entre os jovens há mais equidade de gênero, desde a eleição de 2014, ou seja, candidaturas masculinas e femininas quase se igualam, conforme Quadro 7.

Já em relação aos eleitos, a realidade não é a mesma. O avanço na implementação de ações afirmativas em relação à participação das mulheres na política ainda não foi suficiente para garantir uma participação satisfatória de mulheres eleitas para o Parlamento Federal, sendo eleitas, na média geral

Quadro 6. Eleitos para o cargo de deputado federal divididos em subgrupos (21 a 35 anos e 36+) nas eleições gerais de 2014, 2018 e 2022 – Porcentagem encontrada ao comparar a raça com o total geral de cada subgrupo e a porcentagem média da raça ao analisar os subgrupos **juntos** em cada ano eleitoral.

Perfil racial dos eleitos Deputado Federal					
Ano	Raça	21 a 35 anos	36+	Média Geral dos Eleitos no Ano	Varição Percentual
2014	Branco	87,30%	79,11%	83,21%	
	Pardo	12,70%	16,22%	14,46%	
	Preto	0,00%	4,47%	2,24%	
	Amarelo	0,00%	0,00%	0,00%	
	Indígena	0,00%	0,00%	0,00%	
	Ñ informado	0,00%	0,00%	0,00%	-7,05%
2018	Branco	77,14%	75,17%	76,16%	5,47%
	Pardo	20,00%	19,86%	19,93%	0,74%
	Preto	1,43%	4,51%	2,97%	0,83%
	Amarelo	1,43%	0,23%	0,83%	0,12%
	Indígena	0,00%	0,23%	0,12%	0,00%
	Ñ informado	0,00%	0,00%	0,00%	-5,06%
2022	Branco	70,00%	72,19%	71,10%	0,67%
	Pardo	20,00%	21,19%	20,60%	2,18%
	Preto	5,00%	5,30%	5,15%	0,95%
	Amarelo	3,33%	0,22%	1,78%	1,16%
		1,67%	0,88%	1,28%	0,11%
	Ñ informado	0,00%	0,22%	0,11%	0,59%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Quadro 7. Candidatos para o cargo de deputado federal divididos em subgrupos (21 a 35 anos e 36+) nas eleições gerais de 2014, 2018 e 2022 – Porcentagem encontrada ao comparar a gênero com o total geral de cada subgrupo e a porcentagem média de gênero ao analisar os subgrupos juntos em cada ano eleitoral.

Perfil de gênero dos candidatos a Deputado Federal					
Ano	Raça	21 a 35 anos	36+	Média Geral dos Candidatos no Ano	Variação Percentual
2014	Feminino	46,23%	29,03%	37,63%	
	Masculino	53,77%	70,97%	62,37%	
2018	Feminino	41,98%	29,87%	35,93%	-1,71%
	Masculino	58,02%	70,13%	64,08%	1,71%
2022	Feminino	47,17%	33,47%	40,32%	4,40%
	Masculino	52,83%	66,53%	59,68%	-4,40%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Quadro 8. Candidatos para o cargo de deputado federal divididos em subgrupos (21 a 35 anos e 36+) nas eleições gerais de 2014, 2018 e 2022 – Porcentagem encontrada ao comparar gênero com o total geral de cada subgrupo e a porcentagem média de gênero ao analisar os subgrupos juntos em cada ano eleitoral.

Perfil de gênero dos eleitos Deputado Federal					
Ano	Raça	21 a 35 anos	36+	Média Geral dos Candidatos no ano	Variação Percentual
2014	Feminino	12,70%	9,56%	11,13%	
	Masculino	87,30%	90,44%	88,87%	
2018	Feminino	20,00%	14,22%	17,11%	5,98%
	Masculino	80,00%	85,78%	82,89%	-5,98%
2022	Feminino	30,00%	16,11%	23,06%	5,95%
	Masculino	70,00%	83,89%	76,95%	-5,95%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

anual, um total de 11,13% em 2014, de 17,11% em 2018 e 23,06% em 2022.

Interessante perceber que, o aumento das mulheres eleitas deputadas federais foi de 5,98% em 2018 e 5,95% em 2022 e, ainda que os percentuais sejam pequenos, acompanha, não coincidentemente, três mudanças normativas importantes. Primeiro, a implementação da Lei 13.877/19, que alterou o art. 44, inciso V, da lei 9.096/95, de forma a prever, já para a eleição de 2020, que no mínimo 5% dos recursos oriundos do Fundo Partidário devam ser aplicados “na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação políticas das mulheres”. Segundo, a obrigatoriedade de “destinar ao financiamento de campanhas de suas candidatas no mínimo 30% dos gastos totais contratados nas campanhas eleitorais com recursos do Fundo Partidário” através do art. 19, §3º, da resolução 23.607/19 do Tribunal Superior Eleitoral. E, por último, e mais importante, com a determinação, já para eleição de 2022, da destinação de 30% da verba proveniente do Fundo Eleitoral (Fundo Especial de Financiamento de Campanha), implementada pela Emenda Constitucional 117/2022.

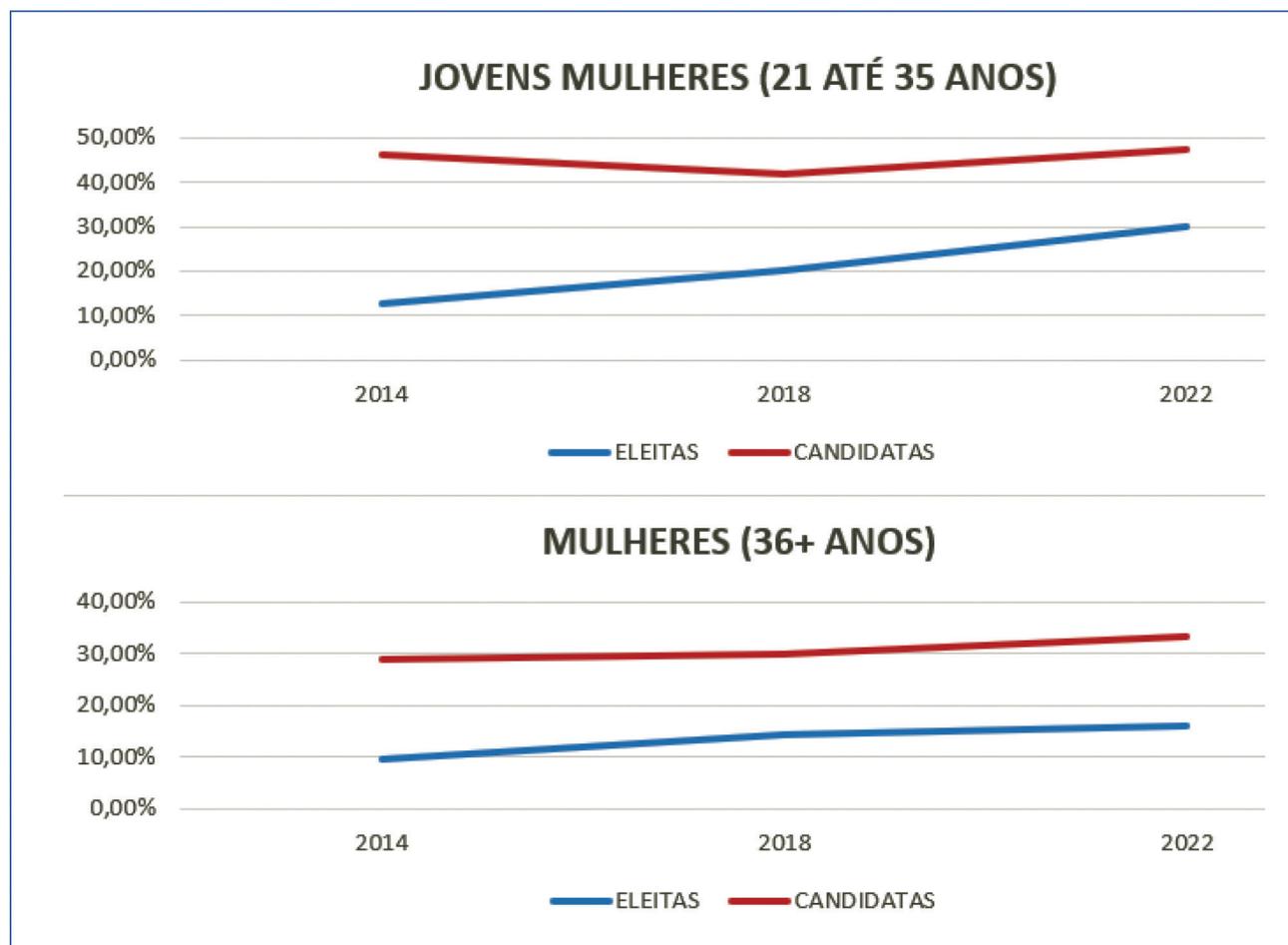
Ao analisar o Quadro 8, é possível dizer que, nas eleições de 2014 e 2018, a representatividade de mulheres é muito baixa nos dois grupos estudados. Já em 2022, ainda que acompanhando o mínimo determinado por lei em relação ao

gênero das candidaturas, há mais diversidade de gênero entre eleitos/as jovens do que em relação ao grupo dos 36+, já que o primeiro grupo elegeu 30% de mulheres jovens e o segundo grupo 16,11% (Quadro 8).

Ou seja, é possível afirmar que a presença percentual significativa de mulheres jovens candidatas, nesses três pleitos, muito acima das com 36+, impacta o resultado final eleitoral. Ainda que apenas 60 deputados e deputadas até 35 anos tenham sido eleitos/as em 2022, 30% são mulheres, ao passo que apenas 16,11% de mulheres foram eleitas no grupo 36+. **A média que passou de 11% de mulheres eleitas em 2014 para 23,06%, ainda que abaixo da cota, sofre impacto positivo pela presença das jovens deputadas,** conforme é possível observar no Gráfico 1.

Em seu estudo comparativo das eleições municipais de 2016 e 2020, Luiz Augusto Campos (2021) apontou a ainda baixa presença de homens pretos e pardos e mulheres pretas e pardas dentre as candidaturas e eleitos. Mesmo considerando a mudança de legislação sobre o financiamento de campanhas, que passou a vigorar em 2020, o avanço é baixo, especialmente considerado sobre o total da composição final de eleitos e eleitas. Para as Câmaras de Vereadores e Vereadoras há um sutil aumento de representação preta e parda, em especial para as mulheres, mas ao analisar a composição

Gráfico 1. Comparativo entre a quantidade de candidatas mulheres e eleitas mulheres para o cargo de deputada federal em cada subgrupo (21 a 35 anos e 36+) nas eleições gerais de 2014, 2018 e 2022.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

total, a representação é de apenas 15,8% de vereadoras no Brasil e, em relação às mulheres pretas e pardas, 6,3%. Homens pretos e pardos são 38,4% e homens brancos 44,1%. O quadro é ainda mais concentrado em homens brancos nas prefeituras, com um aumento de homens brancos chegando a 57% de prefeitos em 2020. É neste contexto, que devemos ressaltar um dos resultados mais importantes desse esforço analítico é a identificação da presença importante e em crescimento de mulheres candidatas e eleitas jovens até 35 anos.

Portanto, podemos afirmar **um interesse continuado da participação juvenil, ainda pouco absorvido na média das candidaturas por partido**. Dentre os eleitos, contudo, a representação é baixa até 29 anos, menos de 4% para as três legislaturas e que sofreu redução de 16% (2014) para 11% (2022) para até 35 anos. O perfil das candidaturas e eleitos aponta uma maior diversidade nas candidaturas, em especial para gênero e que não se confirma, na mesma proporção, dentre as e os eleitos. Nas três disputas eleitorais, as juventudes eleitas tiveram maior representação de mulheres entre aquelas e aqueles eleitos do que dentre os com mais de 35 anos, chegando ao dobro em 2022. No entanto, a média de idade da Câmara dos Deputados é de 49 anos, com alta escolaridade, de maioria branca e de homens, ou seja, retomando Fraser (2001, 2007), **representação e redistribui-**

ção tão cruciais para formas de enfrentamento de desigualdades sociais, ainda são um desafio para as juventudes no Brasil. Um quadro que, como veremos, se renova quanto ao recorte de idade, dentre candidatos/as e eleitos/as, no entanto não avança na representação proporcional à população jovem. As juventudes seguem se colocando na disputa eleitoral, mas alcançando pouco espaço efetivo. Para aprofundarmos a análise sobre quem são os e as jovens que ocupam as cadeiras do Congresso, precisamos destrinchar as representações partidárias e votações.

REPRESENTAÇÃO JUVENIL E AS SUPER VOTAÇÕES: VOTAÇÃO E FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Ao abordar a representação juvenil nos partidos é necessário apontar algumas mudanças normativas e partidárias que causaram impactos nas últimas três eleições e que complexificaram a elaboração de um comparativo temporal quanto à presença de jovens nos partidos brasileiros. A primeira mudança encontrada foi o registro de partidos após a eleição de 2014: NOVO (registrado em 2015); REDE (registrado em 2015); PMB (registrado em 2015); UP (registrado em 2019). A segunda foi em relação à fusão⁹ e incorporação¹⁰ de partidos que já estavam em vigor na eleição de 2022: PODEMOS incorporou o PHS; o PATRIOTA incorporou o PRP; o PC do B incorporou o PPL; e por último o DEM e o PSL se fundiram criando o partido União Brasil¹¹.

Para aprofundarmos nossa análise da participação juvenil parlamentar, tratamos os dados do TSE observando a presença de candidaturas jovens nos partidos e o seu desempenho eleitoral, para responder às seguintes questões: quais partidos tiveram maior presença de candidaturas jovens dentre o total de candidaturas na própria nominata? Quais partidos tiveram mais jovens eleitos? Qual o desempenho eleitoral das e dos jovens eleitos frente ao desempenho eleitoral nacional?

REPRESENTAÇÃO JUVENIL PARTIDÁRIA: PRESENÇA DE JOVENS CANDIDATOS E ELEITOS NOS PARTIDOS E BANCADAS

Para uma análise mais aprofundada, primeiro será feita a apresentação da leitura do comparativo entre candidatos e eleitos jovens e não jovens dentro da própria nominata dos partidos e, em um segundo momento, serão observados os partidos que possuem mais candidatos e eleitos jovens em números gerais. Dessa forma, como pode ser constatado nos

quadros apresentados abaixo, dentre os partidos que fizeram bancada em 2022, temos uma média de candidaturas jovens por nominata de até 16,5%. A exceção é o PSOL com média de 25% nos três pleitos e o NOVO 21% em 2018 e 22,22% em 2022. Observamos partidos muito acima dessa média de candidaturas, que têm como característica serem todos identificados como de esquerda (PCB, PCO, PSTU, UP), no entanto possuem baixo número de candidatos no geral e não elegeram parlamentares, com destaque para o PSTU e PCO, que possuem essa característica desde a eleição de 2014. Quando a análise passa a ser feita sobre os números gerais, em 2022, o PSOL continua liderando com 77 candidatos jovens, seguido por, respectivamente, PROS, Solidariedade, MDB, PSC, PDT, Podemos e PHS, todos com mais de 50 candidatos jovens (Quadro 9).

Quando a análise se concentra nos eleitos, é possível observar no quadro apresentado abaixo que, dos vinte e três partidos que conquistaram ao menos uma cadeira no Congresso Federal em 2022, apenas quatorze partidos elegeram pelo menos um jovem. Dentre os partidos que alcançaram desempenho maior que 15% de jovens eleitos, em relação à sua nominata, temos o PSOL (33%), Solidariedade (25%), UNIÃO (16%), Patriota (50%), REDE (50%), Cidadania (20%) e PV (33%). No entanto, quando o comparativo é feito na perspectiva dos números totais, ou seja, os partidos que mais tiveram jovens eleitos, o destaque passa a ser dos partidos PL e União Brasil, que elegeram respectivamente 13 e 10 jovens. O PSOL, apesar de ter se destacado dentre os partidos com mais candidaturas jovens, elegeu apenas 4 parlamentares com a faixa etária até 35 anos, mesmo número alcançado pelo PT. No comparativo destes dois partidos de esquerda, temos uma diferença importante 4 eleitos/as para o PSOL representa 33,3% da bancada e para o PT apenas 5,8%. Os outros partidos obtiveram desempenho abaixo de 6 jovens eleitos. Os partidos: Novo, PROS, PSC, PDT, Podemos, PTB, Avante, PSDB, PCdoB não elegeram parlamentares jovens (Quadro 10).

Diante do exposto, é possível afirmar que, quando se trata do desempenho eleitoral dos partidos ao eleger candidatos/as jovens, aqueles que se denominam de direita possuem maior êxito, com destaque ao PL que saltou de um jovem eleito em 2014 e 2018, para 13 em 2022 e o União Brasil que, considerando a união do desempenho dos partidos DEM e PSL

⁹ Fusão: dois ou mais partidos se unem e criam uma nova legenda (artigo 29, §1º da lei 9.096/95).

¹⁰ Incorporação: um ou mais partidos são incorporados por outro partido, permanecendo a legenda do partido que incorporou as agremiações partidárias (artigo 29, § 2 da lei 9.096/95).

¹¹ Quanto à criação das federações, que não será objeto de nossa análise, a partir da eleição de 2022, os partidos que formaram uma federação foram: Federação Brasil da Esperança (PT, Partido Verde e PC do B); Federação PSDB e Cidadania; e, por último, Federação PSOL e REDE. As abreviações serão usadas ao longo do texto, quadro completo ao final da publicação (anexo 1).

Quadro 9. Candidatos jovens (21 a 35 anos) para Deputado Federal divididos por partidos nas eleições gerais de 2014, 2018 e 2022 – Porcentagem encontrada ao comparar o número de jovens em relação ao total geral da nominata de cada partido.

Eleitos por Partido										
Partido	2014			2018			2022			
	Total Geral	Total Jovens (21 a 35 anos)	%	Total Geral	Total Jovens (21 a 35 anos)	%		Total Geral	Total Jovens (21 a 35 anos)	%
PSOL	5	0	0,00%	10	4	40,00%		12	4	33,33%
PROS	11	2	18,18%	8	1	12,50%		3	0	0,00%
Solidariedade	15	4	26,67%	13	2	15,38%		4	1	25,00%
MDB	65	9	13,85%	34	1	2,94%		42	6	14,29%
PSC	13	1	7,69%	7	1	14,29%		6	0	0,00%
PDT	20	1	5,00%	28	2	7,14%		17	0	0,00%
Podemos (antigo PTN)	4	1	25,00%	11	2	18,18%	PODEMOS (incorporou o PHS)	12	0	0,00%
PHS	5	3	60,00%	6	4	66,67%				
PL (antigo pr)	34	1	2,94%	33	1	3,03%		99	13	13,13%
NOVO (registrado em 2015)	0	0	0,00%	8	5	62,50%		3	0	0,00%
Republicanos (antigo PRB)	21	1	4,76%	29	2	6,90%		40	3	7,50%
PTB	25	2	8,00%	10	3	30,00%		1	0	0,00%
PSB	34	6	17,65%	32	5	15,63%		14	2	14,29%
Avante (antigo PTdoB)	1	0	0,00%	7	1	14,29%		7	0	0,00%
PP	38	6	15,79%	37	5	13,51%		47	6	12,77%
PSL	1	0	0,00%	52	9	17,31%	UNIÃO (Fusão DEM + PSL)	59	10	16,95%
DEM	21	2	9,52%	29	5	17,24%				
Patriota	2	1	50,00%	5	2	40,00%	Patriota (incorporou o PRP)	4	2	50,00%
PRP	3	1	33,33%	4	1	25,00%				
PSD	36	1	2,78%	35	2	5,71%		42	5	11,90%
AGIR (antigo PTC)	2	2	100,00%	2	0	0,00%		0	0	0,00%
PRTB	1	0	0,00%	0	0	0,00%		0	0	0,00%
PMN	3	0	0,00%	3	1	33,33%		0	0	0,00%
PT	69	2	2,90%	56	2	3,57%		69	4	5,80%
PSDB	54	10	18,52%	30	5	16,67%		13	0	0,00%
Rede (Registrado em 2015)	0	0	0,00%	1	0	0,00%		2	1	50,00%
DC (antigo PSDC)	2	0	0,00%	1	0	0,00%		0	0	0,00%
PCO	0	0	0,00%	0	0	0,00%		0	0	0,00%
PCB	0	0	0,00%	0	0	0,00%		0	0	0,00%
PMB (Registrado em 2015)	0	0	0,00%	0	0	0,00%		0	0	0,00%
Cidadania (antigo PPS)	10	2	20,00%	8	0	0,00%		5	1	20,00%
UP (Registrado em 2019)	0	0	0,00%	0	0	0,00%		0	0	0,00%
PSTU	0	0	0,00%	0	0	0,00%		0	0	0,00%
PC DO B	10	3	30,00%	9	1	11,11%	PCdoB (Incorporou o PPL)	6	0	0,00%
PPL	0	0	0,00%	1	1	100,00%				
PV	8	2	25,00%	4	2	50,00%		6	2	33,33%
TOTAL	513	63		513	70			513	60	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

antes da fusão, manteve o êxito de 2014 e 2018, tendo a segunda maior bancada jovem, 10 parlamentares. O desempenho dos partidos PSOL e PV, denominados de esquerda e centro respectivamente, mantiveram um desempenho de 1/3 da bancada, apesar de terem em suas nominatas 24,9% e 9,2% respectivamente de jovens candidatos na eleição de 2022 e o PT, apesar de ter dobrado o número de jovens eleitos de dois para quatro, continua entre os que obtiveram baixo desempenho eleitoral ao eleger jovens. Comparando 2014 e 2022, com variações, temos o aumento importante de jovens eleitos, proporcional à bancada, nos partidos: PSOL, PL, Republicanos, PSD, PT, REDE, PV.

1/3, dentre os quais, PSOL, PSB, PT, MDB, Republicanos, Patriota, PV tiveram 1 deputado/a reeleito/a; PL 3 e União Brasil e PSD 4 reeleitos. Não podemos atribuir um resultado direto entre número de candidaturas e jovens eleitos, uma vez que temos partidos com poucas candidaturas como o PV, apenas 9,2%, e com uma bancada composta por uma proporção importante de jovens 1/3, e os partidos com o maior número de jovens em suas bancadas como PL e UNIAO, que tiveram nominatas abaixo da média de participação dos jovens, mas com expressiva participação numérica. Chama a atenção que os partidos PSC, PDT e PODEMOS que ocuparam a 6ª, 7ª e 8ª posição, respectivamente, em números absolutos de candidatas/jovens, não elegeram nenhum jovem. Contudo, PSOL

Dos eleitos e eleitas, 23 são reeleição, ou seja pouco mais de

Quadro 10. Eleitos jovens (21 a 35 anos) para Deputado Federal divididos por partidos nas eleições gerais de 2014, 2018 e 2022 – Porcentagem encontrada ao comparar o número de jovens em relação ao total geral de eleitos da nominata de cada partido.

Candidaturas por Partido										
Partido	2014			2018			2022			
	Total Geral	Total Jovens (21 a 35 anos)	%	Total Geral	Total Jovens (21 a 35 anos)	%	Total Geral	Total Jovens (21 a 35 anos)	%	
PSOL	425	101	23,76%	511	135	26,42%		309	77	24,92%
PROS	95	15	15,79%	277	32	11,55%		385	57	14,81%
Solidariedade	160	30	18,75%	152	20	13,16%		392	56	14,29%
MDB	383	0	0,00%	320	38	11,88%		475	54	11,37%
PSC	191	34	17,80%	180	16	8,89%		415	53	12,77%
PDT	324	43	13,27%	293	39	13,31%		465	52	11,18%
Podemos (antigo PTN)	138	25	18,12%	224	58	25,89%	Podemos (incorporou o PHS)	489	52	10,63%
PHS	304	56	18,42%	309	0	0,00%				
PL (antigoPR)	201	29	14,43%	158	15	9,49%		495	49	9,90%
NOVO (registrado em 2015)	0	0	0,00%	225	48	21,33%		216	48	22,22%
Republicanos (antigo PRB)	267	37	13,86%	254	28	11,02%		511	46	9,00%
PTB	270	26	9,63%	137	12	8,76%		485	45	9,28%
PSB	416	59	14,18%	237	30	12,66%		436	44	10,09%
Avante (antigo PTdoB)	252	46	18,25%	348	50	14,37%		408	43	10,54%
PP	189	29	15,34%	145	22	15,17%		489	43	8,79%
PSL	215	32	14,88%	464	64	13,79%	UNIÃO (Fusão DEM + PSL)	504	43	8,53%
DEM	181	17	9,39%	173	23	13,29%				
Patriota	296	51	17,23%	380	54	14,21%	Patriota (incorporou o PRP)	453	41	9,05%
PRP	273	39	14,29%	274	30	10,95%				
PSD	178	26	14,61%	203	21	10,34%		412	40	9,71%
AGIR (antigo PTC)	240	37	15,42%	225	24	10,67%		331	35	10,57%
PRTB	253	38	15,02%	324	54	16,67%		310	35	11,29%
PMN	165	23	13,94%	175	21	12,00%		271	34	12,55%
PT	395	39	9,87%	391	41	10,49%		362	33	9,12%
PSDB	329	59	17,93%	245	33	13,47%		304	31	10,20%
Rede (Registrado em 2015)	0	0	0,00%	247	53	21,46%		176	29	16,48%
DC (Antigo PSDC)	226	34	15,04%	232	30	12,93%		230	26	11,30%
PCO	11	5	45,45%	25	15	60,00%		52	23	44,23%
PCB	59	26	44,07%	33	14	42,42%		39	21	53,85%
PMB (Registrado em 2015)	0	55	0,00%	103	9	8,74%		196	20	10,20%
Cidadania (Antigo PPS)	128	19	14,84%	130	16	12,31%		155	15	9,68%
UP (Registrado em 2019)	0	0	0,00%	0	0	0,00%		18	14	77,78%
PSTU	89	44	49,44%	37	9	24,32%		37	10	27,03%
PCdoB (Incorporou o PPL)	84	13	15,48%	122	26	21,31%	PCdoB (Incorporou o PPL)	63	8	12,70%
PPL	69	11	15,94%	261	45	17,24%				
PV	332	55	16,57%	269	35	13,01%		87	8	9,20%
TOTAL	7.138	1.153		8.083	1.160			9.970	1.185	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

com uma nominata recorrente de 25% em média tem mantido, nas duas últimas eleições, uma proporção importante de jovens em sua bancada. Portanto, faz-se necessário uma análise mais minuciosa e com outras variáveis ainda não tratadas nesta primeira contribuição, como fundo eleitoral, espaço no programa eleitoral e outros fatores que podem incidir sobre o perfil dos eleitos.

Para esta contribuição, propomos como caminho observar quem são esses/essas jovens que se elegem e com quais agendas, como veremos na quarta parte desta contribuição. A seguir, tratamos mais de perto o desempenho eleitoral de jovens eleitos/as nos três pleitos.

O DESEMPENHO ELEITORAL DOS JOVENS ELEITOS: AS SUPER VOTAÇÕES

Para a análise do desempenho eleitoral foi feito um recorte das e dos jovens eleitos que conquistaram uma posição entre os vinte deputados federais que mais receberam votos no país nas últimas três eleições federais. Dessa forma, foi possível perceber que, apesar da diminuição da quantidade de candidaturas e eleitos/as jovens, a presença de jovens eleitos/as entre os mais votados do país foi crescendo progressivamente ao longo dos anos, sendo três jovens em 2014, sete em 2018 e sete em 2022, inclusive, conquistando a primeira posição tanto em 2018 quanto em 2022, conforme quadro a seguir. Outro dado relevante é que a maior parte dos/as jovens eleitos/as

Quadro 11. Lista dos jovens presentes no ranking dos 20 deputados federais mais votados do Brasil nas eleições de 2014, 2018 e 2022.

Posição dos jovens eleitos no ranking nacional dos 20 deputados federais mais votados							
Ano da eleição	Ranking nacional	Estado	Votação	Partido	Nº votos	Idade na data da posse	Situação atual (2024)
Eleição 2014	5	SP	Bruno Covas	PSDB	352.708	34	Eleito prefeito de SP em 2018. Faleceu em 2021.
	7	RJ	Clarissa Garotinho	PR	335.061	32	Sem mandato
	17	AM	Artur Bisneto	PSDB	250.916	35	Não foi reeleito em 2018. Faleceu em 2024.
Eleição 2018	1	SP	Eduardo Bolsonaro	PSL	1843735	34	Deputado Federal (reeleito 2018 e 2022)
	4	SP	Kim Kataguirí	DEM	465310	22	Deputado Federal (reeleito 2022)
	5	PE	João Campos	PSB	460387	25	Prefeito (Recife-2020) e candidato à reeleição
	7	RS	Marcel Van Hattem	NOVO	349855	33	Deputado Federal (reeleito 2022)
	14	SP	Tabata Amaral	PDT	264450	25	Deputada Federal (reeleita 2022)
	16	SP	Sâmia Bomfim	PSOL	249887	29	Deputada Federal (reeleita 2022)
	18	PR	Felipe Francischini	PSL	241537	27	Deputado Federal (reeleito 2022)
Eleição 2022	1	MG	Nikolas Ferreira	PL	1492047	26	Deputado Federal (1º mandato)
	8	SP	Tabata Amaral	PSB	337873	29	Deputada Federal (subiu no ranking em 2022) e Candidata à Prefeita da SP
	10	SP	Kim Kataguirí	União	295460	27	Deputado Federal (desceu no ranking em 2022)
	11	AM	Amom Mandel	Cidadania	288555	22	Deputado Federal (1º mandato)
	15	PA	Dra Alessandra Haber	MDB	258907	34	Deputado Federal (1º mandato)
	17	SP	Erika Hilton	PSOL	256903	30	Deputado Federal (1º mandato)
	20	PR	Filipe Barros	PL	249507	31	Deputado Federal (subiu no ranking em 2022)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

presentes neste ranking estão filiados aos partidos que se denominam de direita, com destaque para PR/PL e DEM/PSL (UNIÃO) que, em 2018 e 2022, totalizaram 3 e 4 super votações, respectivamente. No campo (Bourdieu, 1989) da esquerda e progressistas o PSOL e PSB se destacam com 2 super votações. Importante ressaltar que deputados/as, que tiveram votações expressivas em 2018, repetem a dose em 2022 ainda que mudem de partido. Este foi o caso de Tabata Amaral que se elegeu pelo PDT em 2018 e pelo PSB em 2022.

Além disso, vale destacar que todos os/as jovens que estavam no ranking dos vinte deputados federais mais votados do país em 2018 foram reeleitos em 2022 (com exceção de João Campos que foi eleito prefeito de Recife e não concorreu à reeleição em 2022)¹² e, apesar de alguns não terem se

mantido entre os mais votados na eleição de 2022, outros jovens eleitos para o primeiro mandato ocupam essas posições, como foi o caso de Nikolas Ferreira, Amom Mandel, Erika Hilton e Dra. Alessandra Haber. Entre os deputados/as jovens que se mantiveram no ranking dos mais votados do país em 2018 e 2022, estão Tabata Amaral e Kim Kataguirí. O deputado federal Eduardo Bolsonaro não aparece na lista acima porque, apesar de ainda se manter entre os 20 mais votados, sua idade já não contempla a faixa etária para jovens delimitada neste estudo.

O fenômeno das super votações merece um estudo mais aprofundado, mas temos uma conjugação de fatores que, entre outros elementos, traz o desempenho em redes sociais como um elemento comum, associado a outras inserções, como espaços religiosos e trajetória familiar.

¹² Em 2024, João Campos (PSB/PE), aos 30 anos, se reelegeu prefeito em Recife com uma votação recorde de 725.721, ou 78,11% dos válidos, sendo a maior votação da história de Recife desde o retorno do voto direto em 1985. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/eleicoes/2024/noticia/2024/10/06/joao-campos-e-reeleito-prefeito-do-recife.ghtml> E é o mais jovem prefeito eleito neste pleito.

AS JUVENTUDES ESTÃO REPRESENTADAS NA CÂMARA?

TRAJETÓRIAS E CARACTERIZAÇÃO DOS E DAS PARLAMENTARES ACOMPANHADOS PELA PESQUISA

A análise de 12 parlamentares se mostrou rica em possibilidades e a relevância da atuação foi confirmada no processo eleitoral municipal de 2024. Dos 60 jovens parlamentares, 9 se candidataram à eleição executiva municipal. Destes, 5 estão na amostra selecionada, dos quais 4 para capitais. Nenhum dos 9 jovens se elegeu. A participação de jovens para esses pleitos, com desempenhos relevantes, aponta um processo importante de renovação, tema que retomaremos adiante.

A análise considerou aspectos como trajetória de vida, trajetória político-partidária, destaque em suas trajetórias, viés político-ideológico, comportamento político na campanha eleitoral, comportamento político em estratégias de engajamento/produção de conteúdo em redes sociais, comunicação com o eleitorado e análise de material legislativo – nesse, sendo considerado as proposições de projetos de lei (PLs) – bem como o alinhamento a possíveis mudanças em relação às pautas defendidas durante a campanha eleitoral. Em especial, se acionam a identidade jovem e como se expressam. Além disso, retomando Avtar Brah (2006) e Verena Stolcke (2006), a perspectiva interseccional se mostra relevante para as agendas políticas, como veremos: cor/raça, gênero, sexualidade, territorialidade e religião são elementos acionados. As principais redes sociais com o maior número

de interação na campanha e como parlamentares foi o Instagram e o X (*Twitter*). Muitos já tinham intensa atuação nas redes sociais.

Compreendendo *juventude/juventudes* enquanto uma categoria acionada como identidade política (Castro, 2009, 2022), como um identificador organizativo em espaços de representação política – formal ou não – e com múltiplas agendas e áreas de atuação, buscamos compreender as diferentes construções, sentidos e significados que as e os parlamentares jovens acionam politicamente. Sendo assim, analisamos construções de identidade de deputados federais jovens (21-29 anos/30-35 anos) através de suas interações nas redes sociais, como se apresentam em sites oficiais e projetos de lei.

Nesta contribuição, tratamos informações obtidas com base em uma análise dos 12 parlamentares e suas atuações políticas¹³. A seguir, organizamos 3 quadros com parte das informações coletadas. No primeiro quadro, coletamos dados do TSE; no segundo, buscamos suas trajetórias e, no terceiro quadro, organizamos uma parcela das informações coletadas nas redes e sites. Dentre os 12 parlamentares observados, classificamos a atuação/filiação partidária e/ou autoidentificação: 5 parlamentares de esquerda (Camila Jara PT/MS, Dandara PT/

¹³ Para esta contribuição, havia a intenção de realizar um conjunto de entrevistas, porém, o escopo do material levantado a ser organizado e analisado e o período das eleições municipais dificultaram esta etapa da pesquisa, que pretendemos ainda realizar.

Quadro 12. Deputados/las jovens candidatos/las a prefeituras

Nome	Idade	Cidade	Partido	%	Votação	
Amom Mandel	23	Manaus (AM)	Cidadania	19,10%	210.643	Não eleito
André Fernandes	26	Fortaleza (CE)	PL	40,20%	562.305	2º TURNO/Não eleito
Junio Amaral	37	Contagem (MG)	PL	38,93%	120.776	Não eleito
Tabata Amaral	30	São Paulo SP	PSB	9,91%	605.552	Não eleita
Natália Bonavides	36	Natal (RN)	PT	28,45%	110.483	2º TURNO/ Não eleita
Camila Jara	29	Campo Grande (MS)	PT	9,43%	41.966	Não eleita
Dandara	30	Uberlândia (MG)	PT	24,56%	86.755	Não eleita
Aliel Machado	35	Ponta Grossa (PR)	PV	19,51%	35.948	Não eleito
Yandra	30	Aracaju (SE)	União	14,47%	43.932	Não eleita

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

MG, Erika Hilton PSOL/SP, Natália Bonavides PT/RN, Sâmia Bomfim PSOL/SP), 3 do campo progressista/centro (Amanda Gentil – PP/MA, Amom Mandel CID/AM e Tabata Amaral PSB/SP) e 4 de direita (Chris Tonietto PL/RJ, Felipe Barros PL/PR, Kim Kataguirí UNIÃO/SP, Nikolas Ferreira PL/MG). Entre os 12 parlamentares observados, a autoidentificação por raça/cor se apresentou da seguinte forma: 8 brancos, 1 amarelo, 1 parda e 2 pretos. Essa distribuição se alinha com o perfil mais geral de maioria branca. Dentre os selecionados são 4 homens e 8 mulheres. Quanto à sexualidade, Erika Hilton é a primeira deputada federal trans no Congresso Nacional. Entre os 12 parlamentares, 9 possuem nível superior completo, 2 com nível superior em andamento (Camila Jara e Erika Hilton) e 1 com nível superior incompleto (Amom Mandel), concluindo assim que todos os parlamentares observados passaram, em algum grau, pelo ambiente universitário (Quadro 13).

A atuação política familiar influenciou algumas das trajetórias políticas. Em estudo anterior de parlamentares eleitos em 2018, já havíamos identificado esse como um capital político presente em algumas trajetórias (Castro e Dulci, 2023; Castro, 2024). Entre os 12 parlamentares observados, identificamos alguma presença familiar no campo da política em quatro deles, sendo Amanda Gentil (PP/MA) e Amom Mandel (Cidadania/AM) possuindo familiares com elevado grau de influência na política e/ou área pública de suas regiões; e Camila Jara (PT/MS) e Dandara Tonantzin (PT/MG) possuindo familiares com engajamento político notório. Nove parlamentares contaram com participação política proveniente da atuação em movimentos populares, estudantis ou de organização política juvenil: Amom Mandel, Camila Jara, Dandara Tonantzin, Felipe Barros, Kim Kataguirí, Natália Bonavides, Nikolas Ferreira, Sâmia Bomfim, Tabata Amaral.

Entre os 12 parlamentares, nota-se que seis já tiveram uma construção partidária anterior ao momento da candidatura, (Amom Mandel, Camila Jara, Dandara Tonantzin, Erika Hilton, Natália Bonavides e Sâmia Bomfim).

Quanto à trajetória político-parlamentar, oito foram vereadores antes de se elegerem a deputado federal, sendo eles: Amom Mandel, Camila Jara, Dandara Tonantzin, Erika Hilton, Felipe Barros, Natália Bonavides, Nikolas Ferreira e Sâmia Bomfim e seis foram reeleitos para o segundo mandato de deputado federal, como Chris Tonietto, Felipe Barros, Kim Kataguirí, Natália Bonavides, Sâmia Bomfim e Tabata Amaral. Das religiões declaradas, encontramos uma presença de seis católicos ou evangélicos e identificamos parlamentares de matriz africana, anglicana e panteísta. Chama a atenção, também, os não identificados (Quadro 14).

As principais trajetórias e atuação da maioria dos parlamentares são em movimentos sociais e organizações. Dentre os movimentos, o movimento estudantil ou representações estudantis é a trajetória mais recorrente, bem como a inserção em juventudes partidárias ou organizações internas aos partidos. Chama atenção a atuação em organizações que surgiram mais recentemente, como MBL, RenovaBR, Acredito, Direita Minas e Direita Paraná.

Algumas organizações contaram com a atuação de jovens de diferentes partidos, em especial MBL, RenovaBR e Acredito. Em comum, são organizações que surgiram após 2014¹⁴.

¹⁴ Como parte do escopo da Pesquisa Juventude no olho do furacão, estamos construindo o mapeamento das organizações de juventude e a relação com a atuação de jovens parlamentares.

Quadro 13. Perfil com dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral

Estado	Nome	Partido	Idade Data Posse	Sexo	Grau de Instrução	Estado Civil	Cor	Ocupação	Número de votos	Reeleição
AM	Amom Mandel	Cidadania	22	M	Superior Incompleto	Solteiro(A)	Branca	Vereador	288.555	N
MA	Amanda Gentil	PP	24	F	Superior Completo	Solteiro(A)	Parda	Engenheiro	108.699	N
MS	Camila Jara	PT	27	F	Superior Incompleto	Casado(A)	Branca	Vereador	1.492.047	N
RJ	Chris Tonietto	PL	31	F	Superior Completo	Casado(A)	Branca	Deputado	86.034	S
MG	Dandara	PT	29	F	Superior Completo	Solteiro(A)	Preta	Vereador	56.552	N
SP	Erika Hilton	PSOL	30	F	Superior Completo	Solteiro(A)	Preta	Vereador	249.507	N
PR	Filipe Barros	PL	31	M	Superior Completo	Casado(A)	Branca	Deputado	52.583	S
SP	Kim Kataguirí	UNIÃO	27	M	Superior Incompleto	Solteiro(A)	Amarela	Escritor e crítico	157.565	S
RN	Natália Bonavides	PT	34	F	Superior Completo	Divorciado(A)	Branca	Advogado	337.873	S
MG	Nikolas Ferreira	PL	26	M	Superior Completo	Solteiro(A)	Branca	Vereador	295.460	N
SP	Tabata Amaral	PSB	29	F	Superior Completo	Solteiro(A)	Branca	Deputado	256.903	S
SP	Sâmia Bomfim	PSOL	33	F	Superior Completo	Casado(A)	Branca	Deputado	226.187	S

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE

Quadro 14. *Trajetória, formação, atuação política, religião*

Nome Partido Estado	Mandatos anteriores	Formação	Movimento atua/atuou	Outras inserções	Religião
Amanda Gentil (PP/MA)		Graduação em Engenharia (em questionamento)		(2020) Inicia sua trajetória política como Secretária de Governo de Caxias – MA – Prefeito Fábio Gentil (Pai)	Evangélica
Amom Mandel (CIDADANIA/AM)	Vereador PODEMOS (2020)	Cursa Direito na UFAM e Gestão Pública na Estácio de Sá	Wikimedia ¹⁵ e integrado a Pool de voluntários da UNV ¹⁶ (agência da ONU)	Ativista desde a adolescência Líder da juventude do PODEMOS	Panteísta Transhumanista Libertário minarquista (fonte Wikipedia página usuário)
Camila Jara (PT/MS)	Vereadora PT (2020)	Graduação em andamento (CS – UFMS)	Coletivo Elas Podem ¹⁷ ; Movimento Acredito-MS ¹⁸ ; RenovaBR ¹⁹	(2014 e 2016) Coordenação de campanha de candidaturas jovens	Evangélica
Chris Tonietto (PL/RJ)	Dep. Federal PSL (2018)	Graduação em Direito (UFF)	Presidente PL Mulher ²⁰ – RJ	Integrante do Centro Dom Bosco Pró-vida e Pró-família ²¹	Católica
Dandara Tonantzin (PT/MG)	Vereadora PT (2020)	Graduação em Pedagogia (UFU); Mestrado em Educação (UFMG)	Enegrecer ²² ;	Movimento Estudantil (UEE) Conselheira Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2014/2018)	Matriz africana ²³
Erika Hilton (PSOL/SP)	Vereadora PSOL (2020)	Graduação em Andamento em Pedagogia e Gerontologia (UFScar)	Movimento Estudantil (2018)	Mandato compartilhado na ALESP (2018) (Bancada Ativista)	Não encontrada

continua

¹⁵ Wikimedia. Fundação Wikimedia é uma entidade filantrópica, dedicada a incentivar a produção, desenvolvimento e distribuição de conteúdo livre e multilíngue e a disponibilizar ao público, integralmente, projetos baseados em wiki de forma totalmente livre.

¹⁶ Pool de voluntários da ONU. Grupo de voluntários da Organização das Nações Unidas.

¹⁷ Elas Podem. Coletivo criado em meados de janeiro de 2020, no Mato Grosso do Sul, que em pouco tempo ganhou adesão nacional. O grupo busca incentivar e reafirmar a participação feminina na política, na arte, no direito, no empreendedorismo e em todo e qualquer espaço de poder; busca incentivar a autoestima das mulheres e inspirar suas potencialidades. [Ver ElasPodem \(@coletivoelaspodem\)](https://www.elpodem.com.br/)

¹⁸ Acredito. O movimento Acredito, autointitulado “movimento de renovação política, suprapartidário e progressista, comprometido com justiça social e responsabilidade fiscal” pela biografia do seu perfil oficial do Instagram, trata-se de uma associação civil de caráter progressista, fundada em 2017 e que reúne pessoas de diferentes partidos do campo progressista, que buscam as demandas defendidas por essa associação: renovação política, justiça social e responsabilidade fiscal.

¹⁹ Renova BR. O RenovaBR é uma iniciativa (*Think Tank*) de renovação política idealizada pelo empreendedor e investidor Eduardo Mufarej. O Renova apoia o surgimento de novas lideranças políticas no Brasil através da qualificação e formação de quadros. O programa foi criado no dia 6 de outubro de 2017.

²⁰ PL-Mulher. É uma rede de mulheres filiadas ao Partido Liberal (PL). A missão do PL Mulher é fortalecer o movimento feminino visando inspirar, motivar e oferecer formação continuada para a participação da mulher na política partidária.

²¹ Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/blogs/blog-da-vida/quem-e-chris-tonietto-a-jovem-catolica-que-ja-enfrentou-um-ministro-do-stf-e-chega-a-camara-em-2019/>

²² Enegrecer. O Coletivo Nacional de Juventude Negra (Enegrecer) se trata de um coletivo político cujas pautas estão atreladas à luta antirracista e a justiça social.

²³ Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/um-perfil-de-parlamentares-afroreligiosos-na-57a-legislatura-2023-2027-do-congresso-nacional/>

Nome Partido Estado	Mandatos anteriores	Formação	Movimento atua/atuou	Outras inserções	Religião
Felipe Barros (PL/PR)	PSDB (2012-2015) Solidariedade (2015-2016) (2016-2018) Vereador PRB (2018-2022) Dep. Federal PSL/UNIÃO	Graduação em Direito (UEL)	MBL ²⁴ (até 2018) Direita Paraná ²⁵	Integrou Governo Temer na criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Pró-vida e Pró-Família	Cristão
Kim Kataguirí (UNIAO/SP)	Dep. Federal DEM (2018)	Graduação em Direito (IDP)	Movimento Brasil Livre (MBL)	(2009) Criação do canal no YouTube (2014) MBL	Anglicano
Natália Bonavides (PT/RN)	Vereadora PT (2016) Dep. Federal PT (2018)	Graduação em Direito (UFRN), Mestrado em Direito (UFRN)	(2006) Início da trajetória política – movimento estudantil; Centro Acadêmico.	(2009) Advocacia em movimentos sociais – MST e outros. Escritório Popular ²⁶	Não encontrada
Nikolas Ferreira (PL/MG)	Vereador PRTB (2020)	Graduação em Direito (PUC-MG)	Direita Minas ²⁷	(2016) Início da participação política: Youtube, Acampamento.	Evangélico
Sâmia Bomfim (PSOL/SP)	Vereadora PSOL (2016) Dep. Federal PSOL (2018)	Graduação em Letras (USP)	Movimento Estudantil "Juntos!" ²⁸ ; Movimento Juntas! ²⁹	Atuou na mobilização pela cassação do Eduardo Cunha	Não encontrada
Tabata Amaral (PSB/SP)	Dep. Federal PDT (2018)	Graduação em Ciência Política e Astrofísica (Harvard)	Vamos Juntas ³⁰ ; Renova BR	(2006) Medalhista OBMEP ³¹	Católica

Quadro elaborado a partir de sites verificados dos próprios deputados/as: Wikipedia, Instagram, Câmara dos Deputados.

24 Movimento Brasil Livre. O MBL surgiu ao final de 2014 com a organização de duas manifestações nos estados brasileiros de São Paulo e Rio Grande do Sul, em apoio às investigações da Operação Lava Jato e por mais liberdade de imprensa. Em 2016, combinou forças com as bancadas evangélica e ruralista do Congresso por uma agenda de Estado mínimo, reforma trabalhista, ajuste fiscal e redução da maioria penal. Com sede nacional em São Paulo, o movimento realizou frequentes protestos a favor do impeachment de Dilma Rousseff e ações políticas em todo país. Ver (Barbosa, 2017).

25 Direita Paraná. Disponível em: <https://direitaparana.com/>

26 Disponível em: <https://nataliabonavides.com.br/sobre-natalia-bonavides/>

27 O movimento conservador de maior relevância no Estado de Minas Gerais; surge na figura do cabo da polícia militar Junio Amaral (atualmente deputado federal pelo PL-MG) e, posteriormente, conta com o apoio de Bruno Engler (candidato a prefeitura de BH e deputado estadual mais votado na história de MG – 637.412 votos). Começa como uma página de Facebook e ganha as ruas no início de maio de 2016, em resposta a um ato público do Levante Popular da Juventude. Realiza palestras e coordena atos em todo o Estado de Minas Gerais; em 2018, contava com 54 coordenações municipais – pelo menos 47 contas no Instagram são destinadas às coordenações municipais do DM (mapeamento realizado no dia 21/01/2024).

28 Juntos! Movimento juvenil do Psol. <https://juntos.org.br/>

29 Juntas! Disponível em: <https://coletivojuntas.com.br/>

30 Vamos Juntas ver - Liderado por Tabata, movimento quer treinar candidatas para 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/liderado-por-tabata-movimento-quer-treinar-candidatas-para-2020/>

31 Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas

A IDENTIDADE JUVENTUDE, PAUTAS E AGENDAS

O caminho para analisarmos o acionamento da categoria juventude como identidade foi o monitoramento das redes sociais. As redes sociais com os maiores números de interação dos parlamentares foi o Instagram e o X (*Twitter*). Assim, integrantes da pesquisa, jovens estudantes de graduação acompanham, desde 2018, candidatos e eleitos à Câmara dos Deputados. Para esta contribuição, apresentamos o acompanhamento do pleito de 2022, analisando os 12 candidatos/as e eleitos/as selecionados.

Em relação ao acionamento da categoria juventude, nota-se que a presença é mais evidente no período de campanhas. Nem todos se autoidentificam como jovens. Os que estão em segundo mandato tendem a se identificar menos como jovens. Entre os parlamentares que acionam a auto identificação juventude, foi observado que variam de formas mais descritivas a mais qualificadas, valorizando a identidade jovem e/ou articulada com outras categorias que corroboram na construção da identidade política do parlamentar, tais como categorias ligadas ao viés religioso, ideologia política, gênero, territorialidade, raça e outros. Neste sentido, a interseccionalidade é uma construção recorrente da identidade política juvenil.

Como identidade política, entendemos o acionamento que reforça a condição de juventude como qualificador de sua atuação política e como pertencimento e identificação enquanto população juvenil (Castro, 2009, 2022).

A categoria juventude é acionada, de forma mais evidente, como identidade política ou descritiva por seis parlamentares, sendo eles: Amanda Gentil, Amom Mandel, Camila Jara, Kim Kataguri, Nikolas Ferreira, Sâmia Bomfim.

Amanda Gentil: Identidade juventude e articulada a categoria de gênero (mulher) “A deputada federal mais jovem”.

Amom Mandel: Idade como um fator a ser valorizado. Pouco acionado como identidade, presente nas agendas.

Camila Jara: Identidade jovem, geração e articulada à categoria de gênero (mulher) por identificação com “a mais jovem mulher e de esquerda”,

Kim Kataguri: A juventude é uma identidade política usada por Kataguri desde a eleição de 2018, não acionada como deputado federal e que é retomada na campanha.

Nikolas Ferreira: Identidade juventude fortalecendo a representação “da juventude brasileira”, e com vinculação à religião (cristão), identificando-se como “juventude de direita”.

Sâmia Bomfim: Identidade juventude articulada com outras categorias (mulher, mãe, feminista).

Entre os parlamentares que não acionam a *juventude* como identidade política, nenhum possui idade inferior a 29 anos. Observamos o uso de outras categorias como religião, campo ideológico-político, gênero, territorialidade e raça.



Amanda Gentil, enfatizando ser a deputada federal mais jovem (27/09/2024) Instagram.



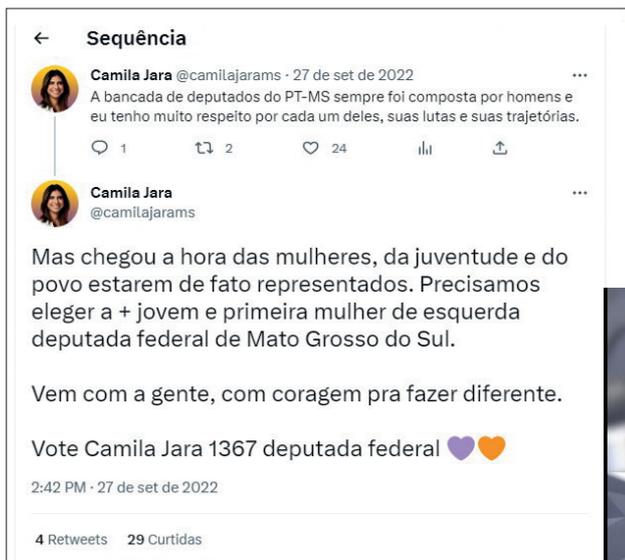
Samia Bomfim, evidenciando suas identidades políticas “jovem, mãe e feminista” (01/10/2022) Instagram.



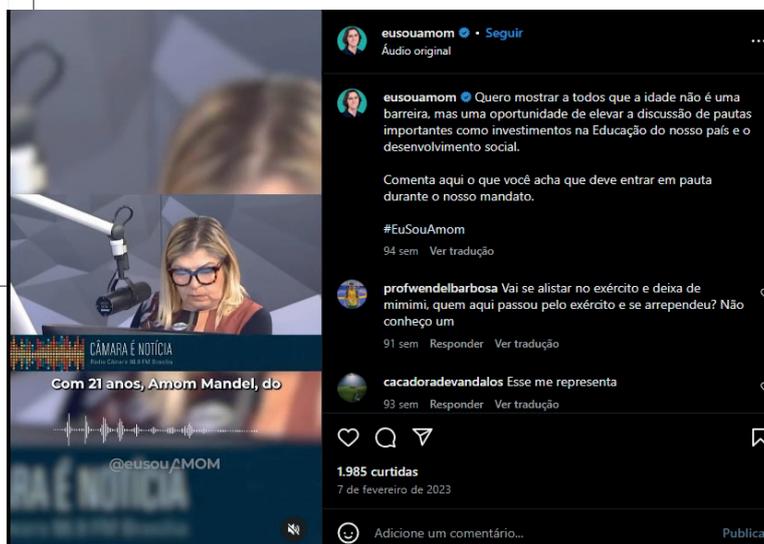
Kim Kataguri, em print que diz ser o deputado da atual geração (09/10/2024) Instagram.

Nikolas Ferreira, em agenda pela juventude durante o período eleitoral do segundo turno das eleições de 2022. Rede Social X.

Camila Jara, sobre a importância de eleger uma deputada federal jovem e de esquerda (27/09/2022) Rede Social X.



Amom Mandel, em um podcast onde afirma que “a idade não é uma barreira, mas a oportunidade de elevar a discussão sobre pautas importantes” (07/02/2023) Instagram



Das agendas de campanha e atuação parlamentar, apresentamos uma síntese a ser aprofundada na continuação do projeto de pesquisa. Observamos a diversidade de agendas, variando da disputa personificada em “Bolsonaro” e “Lula”, que analisaremos adiante. E, ainda, temas como: meio ambiente, local/município e/ou estado de origem, trabalho, economia, segurança pública, política de acesso a armas, questões de gênero/mulheres, questões raciais, questão indígena, LGBTQIA+, PCD, saúde, questão agrária, direitos das juventudes, propostas para a juventude/juventudes, aborto, cultura, lazer, mudança no serviço militar obrigatório, redução da maioridade penal, violência contra crianças, dentre outros. **Ou seja, os/as jovens parlamentares atuam de forma ampla em pautas nacionais, locais, temas de políticas públicas, política econômica, social e de direitos.**

A **priorização da educação** é um tema convergente entre os parlamentares analisados. Todos/as os/as parlamentares apresentam propostas de campanha, manifestação e/ou atuação parlamentar para o tema da educação e, na maioria

das manifestações, associando à juventude. Observamos que os/as parlamentares de esquerda pautam temas como: ampliação das cotas, valorização dos profissionais de todos os níveis de educação do país e ampliação dos auxílios estudantis, a fim de apoiar a permanência estudantil. Os parlamentares de centro/progressistas pautam temas como: importância de políticas que garantam a permanência estudantil e empreendedorismo. Os parlamentares de direita pontuam temas como: ampliação do ensino profissionalizante e empreendedor nas escolas, implementação de matérias técnicas e de novos sistemas de ensino, como o *homeschooling*, a adoção da educação cívico-militar em escolas brasileiras, oposição a cotas e a favor de cobranças na educação pública superior, como Kim Kataguiri União/SP (2022), “favorável e relator da PEC 206/2019, de autoria do Deputado Federal General Peternelli, que obrigava a cobrança de mensalidades em universidades públicas.”

Temos, portanto, um quadro mais complexo de temas tratados por parlamentares jovens, mas que aponta a educação como um tema associado de forma prioritária à juventude.

PROPOSTAS DO NIKOLAS:
EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA NAS ESCOLAS

Projeto de lei que inclua no plano de ensino municipal os conceitos de empreendedorismo e educação financeira.

VEREADOR
NIKOLAS FERREIRA
28.000
 A ESPERANÇA SOMOS NÓS!

Nikolas Ferreira | nikolas_dm | nikolasferreiradm

ME CHAMA NO WHATS: (31) 9 8484.3582

Nikolas Ferreira, apresentando a proposta de empreendedorismo nas escolas durante a campanha eleitoral para vereador em 2020, publicado em sua página oficial do Facebook (05/10/2020).

Natália Bonavides, sobre o pacote de políticas públicas para a juventude negra implementado pelo governo Lula (21/03/2024) Rede social X.

Natália Bonavides @nat... · 21/03/2024

O maior pacote de políticas públicas para a juventude negra da história do país TÁ LANÇADO! Presidente @LulaOficial anunciou mais de R\$ 665 milhões em investimentos no Plano Juventude Negra Viva pras áreas de justiça e segurança pública, educação, saúde, cultura, entre outras.

8 comentários · 84 retweets · 245 likes · 3,5k visualizações

from:KimKataguiiri jovens

Mais recentes

Kim Kataguiiri @KimKata... · 13/01/2023

Programação e robótica são duas áreas que vão crescer MUITO num futuro muito próximo e precisam ser setores de oportunidades para os jovens brasileiros. Pensando nisso que propus emendas na Política Nacional de Educação Digital no ano passado, mas foram vetadas pelo Lula.

EM 2022, KIM APROVOU UMA EMENDA PARA COLOCAR PROGRAMAÇÃO E ROBÓTICA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

MAIS UMA VITÓRIA!! O Brasil terá ensino de PROGRAMAÇÃO E ROBÓTICA nas escolas desde o ensino fundamental! Conseguimos isso aprovando uma emenda de minha autoria na lei da Política Nacional de Educação Digital.

ONTEM A EMENDA FOI VETADA PELO LULA

Lula veta aula de programação e robótica na grade escolar

Trabalho de lei que previa aulas de programação na grade do ensino fundamental e do ensino médio foi vetado pelo presidente

ABUSO!

Academia 2023

Dandara Tonantzin @tod... · 15/03/2023

Sou membro titular da comissão de educação!

As lutas da juventude e dos trabalhadores da educação ganham mais força na Câmara Federal! Serei parte da Bancada Paulo Freire na e vamos lutar por uma educação crítica, inclusiva, democrática e popular.

4 comentários · 12 retweets · 157 likes · 4,1k visualizações

Dandara Tonantzin, enfatizando sua luta pela juventude e pelos trabalhadores (15/03/2023) Rede Social X.

Kim Kataguiiri, sobre a importância do investimento nas áreas de programação e robótica para os jovens (13/01/2023) Rede Social X.

eusouamom

PROTOCOLADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI

AMOM PROPÕE PL PARA DEFINIR VALOR DE BOLSA PARA PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NO ENSINO SUPERIOR.

PL nº 267/2023

7.030 curtidas

eusouamom Já pensou se não liberassem alguns auxílios só em época de eleição e não conseguissem fazer política com a necessidade dos outros? E... mais 6 de fevereiro de 2023 · Ver tradução

Amom Mandel, anunciando a protocolação de seu projeto de lei que visa a permanência estudantil (06/02/2023) Instagram.

amandagentill · Áudio original

Boas notícias para a juventude do município de Codó, gente!

👏 O polo da Unifacema está chegando e dará a cerca de 100 a 150 estudantes que se deslocam todos os dias para buscar estudos em outro município a oportunidade de estudar perto de suas casas e famílias, economizando o que seria o recurso de todo esse deslocamento 🙌🙌

Codó esperou tanto tempo. O vereador Valdeci Calixto vem tentando há 2 anos, e nós abraçamos a causa e conquistamos esse feito.

Gostaram?

Continuaremos firmes no trabalho por mais educação e oportunidades para nossos jovens. Vamos nessa!

59 sem Ver tradução

848 curtidas

11 de outubro de 2023

Adicione um comentário...

Publicar

PORTARIA Nº 1.956, DE 9 DE OUTUBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1996, o Decreto de 9.235, de 16 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 293/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo e-MEC nº 2002929447.

Art. 2º Credenciar o campus fora de sede - Campus fora de sede Codó/MA, do Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão - Unifacema local 4954, situado instalado na Avenida Santos Dumont, nº 8, no Bairro São Sebastião, no município de Codó, no estado do Maranhão, mantido pelo Grupo Educá Ltda. (CNPJ nº 33691, com sede no município de Casais, no estado do Maranhão (CNPJ 08.074.932/0001-48).

Art. 3º Credenciar o campus de que trata o art. 2º a partir do prazo de cinco anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Amanda Gentil, anunciando políticas de juventude para a cidade de Codó, no Maranhão (11/10/2023) Instagram.



Tabata Amaral, em post explicativo sobre a política do Pé-de-Meia (20/12/2023) Instagram.



Camila Jara, anunciando seu seminário voltado para a juventude (27/06/2024) Instagram.



Amanda Gentil, apresentando seu projeto "Protagoniza Jovem" (26/09/2022) Instagram.

Políticas e direitos para as juventudes

Direitos e Políticas públicas para as juventudes não foram as agendas mais recorrentes, ainda assim, identificamos proposições e manifestações que se associam às questões das juventudes, que variaram em temas e tipos de proposição ou manifestação. Foram considerados exclusivamente temas para além da temática educacional. Abaixo, observamos algumas proposições:

Dandara PT/MG – REQ – 122/2024 CLP "Requer que seja autorizada pela Comissão de Legislação Participativa a realização de Audiência Pública para discutir os desafios e oportunidades para a promoção da participação das juventudes brasileiras na política institucional"

É preciso um acompanhamento mais detalhado da atuação parlamentar da legislatura 2023-2026, mas observamos menos proposições sobre políticas públicas de juventudes não relacionadas ao tema da educação. Em um mapeamento realizado pela pesquisa sobre políticas públicas de juventude dos anos 1990 a 2022, observamos avanços importantes nos direitos e nas políticas públicas institucionalizados nesse período. Contudo, é uma agenda sensível às mudanças de linha de governo, em especial, a ampliação ou interdição da participação da representação juvenil nos processos de construção das políticas públicas. A análise dos Planos Plurianuais (PPAs) dos governos FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro nos mostra um retrato da intensa disputa em curso. De jovem em situação de risco, sem uma identificação clara, passando pela inclusão como objetivo com programa e orçamento definidos no segundo governo Lula; para uma ampliação de caracterização e objetivos nos governos Dilma; e para o desaparecimento no PPA do Governo Bolsonaro. Temos avanços e retrocessos da institucionalização, do acesso à direitos, do reconhecimento e do acesso à redistribuição (Fraser, 2006; Butler, 2003). O reconhecimento da juventude como sujeito de direitos e as políticas públicas construídas nessas mais de

duas décadas são fortemente susceptíveis ao cenário político nacional. A grande conquista política foi fazer da juventude uma agenda de governo, mesmo nos períodos mais sombrios da nossa história. Contudo, as políticas públicas podem potencializar ou interditar a própria representação e participação das juventudes e, sem dúvida, essa é uma disputa ainda em curso (Castro, Oliveira e Rico, 2022).

Se no passado recente tivemos a aprovação do Estatuto da Juventude (2013), a análise da atuação parlamentar demonstrou que recursos, políticas públicas e marcos legais têm tratado menos das juventudes como público prioritário. A exceção é o tema da educação que está presente na maioria das atuações parlamentares pesquisados.

O tempo da política alargado: a disputa por um projeto de Brasil

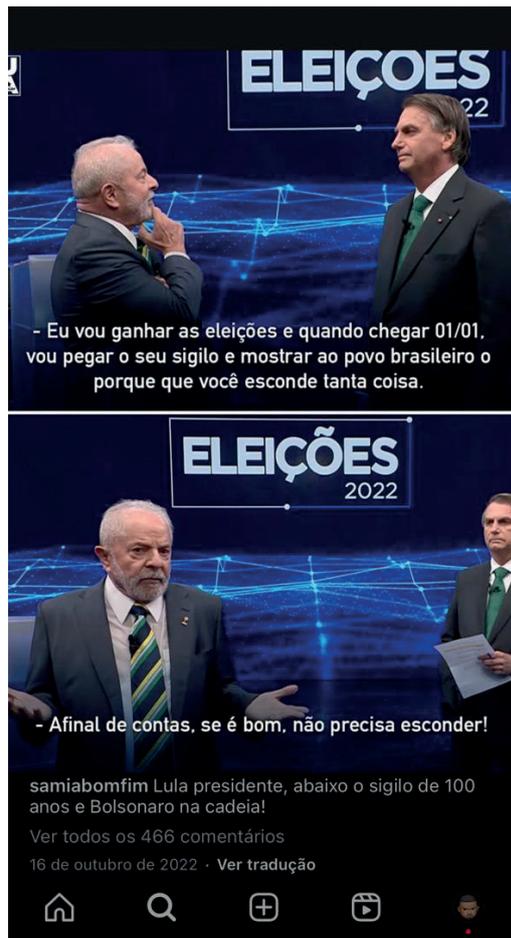
Ao acompanharmos os 12 parlamentares, foi possível identificar um posicionamento que varia sobre temas tratados como de costumes, pautas que acionam posicionamentos sobre *direita* e *esquerda*, direitos individuais, coletivos, direitos humanos, bem como perspectivas estruturantes de governo que tratam o estado como indutor de políticas públicas e sociais e perspectivas neoliberais. Estes e outros temas ganharam maior visibilidade a partir de 2014 na disputa pelo segundo governo Dilma. Observa-se o surgimento de novas organizações e coletivos: o Vem Pra Rua (VPR), Revoltados On-line, Movimento Brasil Livre (MBL) (Barbosa, 2017), dentre outros, se opondo à reeleição da presidenta Dilma³². O cenário, que se estende até hoje na política nacional, ampliou a disputa por projetos de sociedade e a participação da população de diferentes formas na cena pública durante e entre eleições. A isso estamos denominando *tempo da política alargado*, tomando a constru-

³² A matéria de *El País* de 15/03/2015 apresenta uma síntese a partir das declarações de representantes das 3 organizações, demonstrando o que os aproximam: o anti-petismo e a oposição ao Governo Dilma Rousseff (Bendelli; Martín, 2015).

ção teórica de Moacir Palmeira (1996) como lente, para compreender os últimos 10 anos como um fenômeno intenso de disputa que reforça e é reforçado pelos períodos eleitorais.

Essa não foi uma situação isolada, como afirmamos no início dessa colaboração, na América Latina; outros países passaram e seguem vivenciando disputas similares, ainda que em seus contextos históricos específicos. Um dos elementos debatidos amplamente é a ascensão da extrema direita na região e no Brasil, com a capilarização por meio do chamado “bolsonarismo” (Messenberg, 2019; Pignataro; Tremínio; Chavarría-Mora, 2021; Semán, 2023; Araújo, Barros e Perez, 2022). A preocupação deve ser objeto de intensa pesquisa e monitoramento pelos riscos às intuições democráticas. Eric Wolf em seu estudo *Envisioning Power* (1999), analisando diferentes contextos, dentre os quais o nazismo, trabalha com a categoria ideologia da sociedade para guerra. Isto é, uma disputa cultural pela hegemonia de uma ideologia, em que o projeto não tem por base a narrativa da inclusão. Ou seja, uma ruptura com construções que se pautam pela narrativa de que, de alguma forma, todos têm a possibilidade de serem incluídos na sociedade. E, sim, um projeto que parte da exclusão, não convivência, não aceitação e aniquilação de parte da população. Mais recentemente, mesmo a inelegibilidade de Bolsonaro não arrefeceu aqueles que se identificam com esse campo político (Rocha, Solano e Pavez, 2024). Podemos falar ainda em uma disputa do Bolsonarismo, para além do Bolsonaro.

Ao acompanhar os 12 parlamentares, essas disputas estiveram presentes. Em uma primeira organização temos que, em sua maioria, os parlamentares de esquerda defendem uma ou mais agendas favoráveis aos direitos humanos, a legalização do aborto, a importância da implementação de políticas eficazes no combate à violência e pelos direitos de gênero, à população LGBTQI+, população negra, indígena, dentre outras questões como o assassinato da vereadora Marielle Franco e a associação da sua execução à família Bolsonaro, além de se posicionarem em oposição ao fascismo, ao Bolsonaro e em apoio ao Lula.



Sâmia Bomfim, em postagem sobre o debate eleitoral entre os candidatos à presidência (16/10/2022) Instagram.



Natália Bonavides, fazendo críticas ao bolsonarismo (23/01/2024) Rede Social X.



Erika Hilton, sobre sua proposta legislativa para equiparar “cura gay” ao crime de tortura (19/10/2023) Instagram.



Camila Jara, apresentando suas propostas políticas (01/10/2022) Instagram.



Sâmia Bomfim, sobre a Caravana Feminista 2022 (01/07/2022) Instagram.



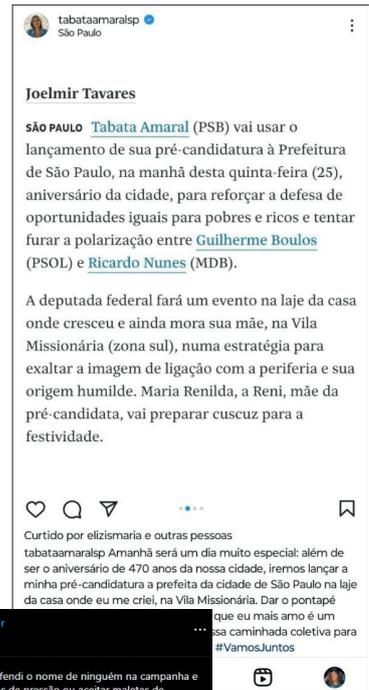
Natália Bonavides, sobre recursos destinados à comunidade LGBTQIA+ (28/06/2024) Instagram.



Dandara Tonantzin, comemorando a decisão do STF que configura ofensas à comunidade LGBTQIA+ como injúria racial (22/08/2023) Rede Social X.

Em sua maioria, os parlamentares de centro/progressistas não possuem agendas dentro deste debate tão definidas, como os parlamentares de esquerda ou direita, porém pontuam fortemente a importância da participação de mais mulheres na política, questões ambientais e, em muitas situações, buscam se afastar do que classificam como “polarização”. O tema da corrupção apareceu com menos destaque no monitoramento realizado e mais presente entre os classificados como de centro³³.

Tabata Amaral, sobre o lançamento de sua pré-candidatura e o reforço de sua luta pela redução das desigualdades sociais (24/01/2024). Instagram.



Amom Mandel, sobre sua postura “nem Lula, nem Bolsonaro” (08/10/2022). Instagram.



Tabata Amaral, apresentando algumas ações feitas durante seu mandato (14/09/2022) Instagram.

Já os/as parlamentares de direita defendem agendas favoráveis ao combate à esquerda brasileira – identificando-a como uma ameaça à sociedade brasileira, associando ao comunismo e outras pautas já identificadas em estudos sobre o campo de direita. É possível perceber agendas extremistas e conservadoras, como o combate à ideologia de gênero e demais pautas ligadas à manutenção da família tradicional e da moral, e associadas por eles à ideologia cristã.

Na disputa pelo campo da direita, temos movimentações que tentam se afastar e se colocar como alternativas ao bolsonarismo, como na atuação recente de Kim Kataguiiri, Post Campanha eleitoral 2022 Instagram.

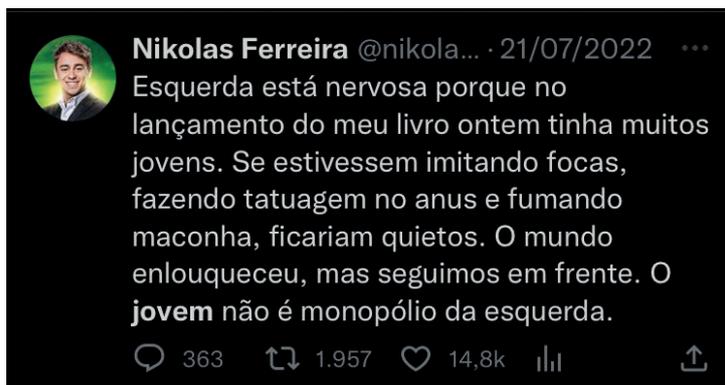


Kim Kataguiiri, em formato de meme, evidencia sua posição “nem Lula, nem Bolsonaro”. (20/08/2022) Instagram.

³³ Postagens Tabata Amaral como pré-candidata a prefeitura de SP.

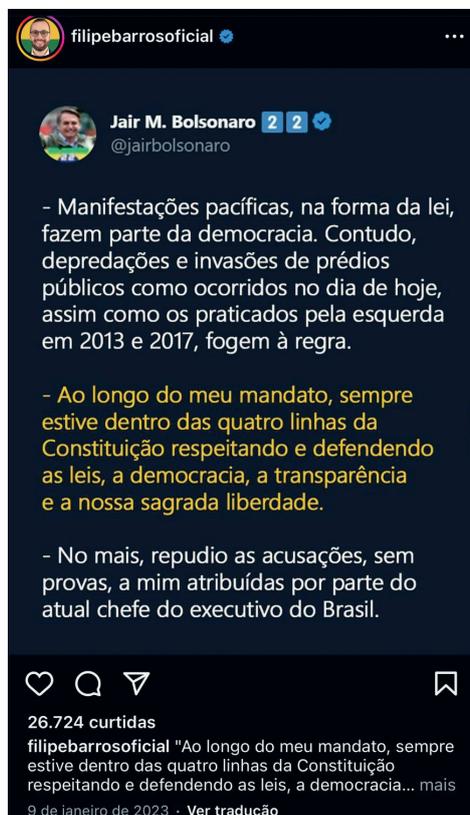


Print do perfil oficial de Felipe Barros (17/10/2022). Instagram.



Nikolas Ferreira, criticando a esquerda (21/07/2022) Rede Social

Felipe Barros, repostando uma postagem feita pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (09/1/2022) Rede Social X



Nikolas Ferreira, em um seminário sobre seu livro, "O Cristão e a Política" (29/07/2021). Facebook.



Quadro 15.

Posição	Candidato	Quantidade de votos	Idade na eleição	Partido
1	Lucas Pavanato	161.386	26 anos	PL
2	Ana Carolina Oliveira	129.563	40 anos	PODEMOS
3	Dr. Murillo Lima	113.820	34 anos	PP
4	Sargento Nantes	112.484	40 anos	PP
5	Amanda Paschoal	108.654	32 anos	PSOL
6	Rubinho Nunes	101.549	36 anos	UNIÃO BRASIL
7	Luna Zarattini	100.921	30 anos	PT
8	Luana Alves	83.262	31 anos	PSOL
9	Dra. Sandra Tadeu	74.511	68 anos	PL
10	Pastora Sandra Alves	74.511	58 anos	UNIÃO BRASIL

Um dos temas mais disputados é o aborto. Com variações de posições que aproximam aqueles e aquelas que defendem a descriminalização ou a liberação do direito ao aborto, defendido por parlamentares identificados como de esquerda e os que lutam para alterações na atual legislação brasileira para restringir qualquer forma de prática do aborto, mesmo em caso de estupro como no recente embate da PL 1904/24 do Deputado Sóstenes Cavalcante, também identificado por parlamentares de esquerda como o PL do Estuprador. Com agendas contrárias ao aborto encontramos posicionamentos pró-família e pró-vida.

A disputa, que tem mobilizado os temas aqui apresentados, se manteve nas eleições municipais de 2024. Dos dez vereadores/as mais votados para a Câmara Municipal de São Paulo, seis jovens compõem a lista. Desses/dessas, a maioria é jovem de até 35 anos e temos um equilíbrio entre aqueles/as do campo da direita e da esquerda. Lucas Pavanato PL/SP com 26 anos, ocupando a 1ª posição, tem como pauta “proibir trans em banheiros femininos”. Amanda Paschoal PSOL/SP com 32 anos, ocupando a 5ª posição se identifica como travesti. Ou seja, temos uma disputa em curso sobre essas agendas e ainda sobre projetos de sociedade, mais ou menos inclusiva (Quadro 15).

Renovação nos partidos tem sido um tema atribuído a interesses e desinteresses das juventudes pela política. A análise dos dados eleitorais, perfil, agendas e atuação de parlamentares aponta para uma atuação das juventudes com diferentes alinhamentos políticos e inserções.



Natália Bonavides, em passeata contra a “PL do Aborto” (15/06/24). Instagram.



Sãmia Bomfim, comemorando a revogação da portaria que previa denúncias de mulheres e meninas que buscassem realizar abortos legais (17/01/2023). Rede Social X.



Chris Tonietto, fazendo uma chamada pública para a reza do terço em função do Dia do Nascituro (08/10/2022) Instagram.



Felipe Barros, comemorando o Dia do Nascituro (08/10/2023) Instagram.

AS SUPER VOTAÇÕES, MÚTIPLAS INSERÇÕES E A IDEIA DE RENOVAÇÃO: ROMPENDO DICOTOMIAS DA “NOVA” E “VELHA” POLÍTICA

Com múltiplos pertencimentos, a análise destas trajetórias corrobora a leitura de que, com inserções diversificadas, jovens parlamentares acionam elementos associados a uma “nova” forma de atuação política, em especial as redes sociais, e elementos que são associados à “velhas” formas do fazer político, como capital político familiar, partidos políticos de longa trajetória, inserções em instituições tradicionais como igrejas. As super votações, por exemplo, não podem ser explicadas exclusivamente pelo bom desempenho nas redes sociais. Nikolas Ferreira (PL/MG) foi o deputado mais votado no Brasil, com 1.492.047 votos em 2022 e, atualmente, com cerca de 11.800.000 seguidores no Instagram. Erika Hilton com 2.700.000 seguidores no Instagram, Tabata Amaral com 1.700.000, Kim Kataguirí com 1.300.000, Felipe Barros 695.000, Amom Mandel com apenas 332.000, todos dentre os 20 mais votados, no entanto, em posições que não seguem o tamanho de suas redes sociais, como pode ser verificado no quadro 10, que devemos relativizar pelo colégio eleitoral em cada estado³⁴.

Outras inserções compõem esses desempenhos eleitorais. Nikolas Ferreira, por exemplo, além da inserção nas redes sociais, é evangélico atuante:

Como Nikolas, observamos outras inserções que somam a atuação em redes como Amom Mandel e Amanda Gentil, com trajetórias familiares no campo da política. Ou, ainda, por inserções em comunidades que ampliam suas articulações políticas, como pode ser atribuído à Erika Hilton e sua atuação na comunidade LGBTQIAPN+. Esses múltiplos pertencimentos e articulações apontam que precisamos ir além de uma leitura do “novo” em oposição ao “velho”, para compreender possíveis renovações na política associada à juventude.

A renovação é uma categoria amplamente acessada por jovens que se candidatam e por percepções senso comum de renovação. Como em Pinheiro, Costa e Farias (2021),

A renovação enquanto conceito deve ser utilizada com cuidado porque, apesar da aparente facilidade de sua mediação, encerra armadilhas em torno de seu significado. Uma delas é a presunção de que a renovação possa ser, a priori e isoladamente, associada ou à melhoria do parlamento, mediante ingresso de novos componentes, ou a prejuízo dele, mediante novos componentes politicamente inexperientes. (p.21)

A percepção de renovação ganha novos contornos com a análise da atuação dos 12 parlamentares acompanhados pela pesquisa. Temos múltiplas atuações que acionam a ideia de “novo”, ainda que articulando inserções em instituições tradicionais, como observamos. A renovação não está associada a uma única construção política de “esquerda”, “direita”, “progressista” ou “conservadora”.

Diferentes acionamentos da identidade juvenil contribuem para uma percepção muito mais complexa da ideia de renovação.



Nikolas Ferreira, em um comício com jovens em uma igreja de Fortaleza (23/10/2022). Rede Social X.



Camila Jara, cobrando mais representatividade na política de MS e de Brasília (22/09/2022). Instagram.

³⁴ O número de seguidores está atualizado pelo quadro de fechamento desta contribuição. Nos posts, vemos que a interação permite uma percepção sobre o alcance das redes.

CAMINHOS PARA O DEBATE E FUTURAS AGENDAS

Nossa contribuição propõe problematizar percepções do desinteresse das juventudes na participação política. Como vimos, mesmo no que diz respeito à disputa ao árido espaço do Congresso Nacional, com baixa representação para a população juvenil, temos intensa participação e resultados de peso no cenário nacional. Um achado, que a análise dos dados de perfil dos candidatos/as e eleitos/as aponta, é a presença importante das jovens mulheres e seu impacto na ligeira redução da desigualdade entre homens e mulheres na representação parlamentar. O mesmo não se identificou, ainda, quanto à participação de jovens negros/negras, em comparação aos parlamentares com 36 ou mais.

O desempenho eleitoral apresenta um quadro de votações de jovens candidatos/as, que vêm se colocando entre os 20 mais votados do país em 2014/2018/2022, com uma presença de jovens cada vez mais jovens com super votações. Esse desempenho fortaleceu um quadro de renovação para as eleições municipais na eleição de 2024: dos 12 parlamentares acompanhados pela pesquisa, 5 disputaram eleição para prefeituras, dos quais 4 para capitais. Mas a própria ideia de renovação deve ser tratada com uma leitura que complexifique e desessencialize a associação simples entre idade/juventude e renovação. Observar os sentidos e significados atribuídos pelos/as jovens, bem como suas múltiplas inserções e trajetórias políticas, contribui para aprofundarmos a compreensão sobre a ideia de renovação na política. Renovação deve ser percebida muito além da renovação geracional, mas também, como disputas sobre projetos de sociedade, podendo representar continuidades e rupturas, construções conservadoras e progressistas.

Os embates mais recentes no cenário político brasileiro são mobilizados por parlamentares de diferentes matizes políticas, bem como a articulação de pertencimentos intersectados por marcadores sociais da diferença, debates sobre valores morais e sobre a caracterização do papel do Estado. A atuação das juventudes na política é intensa e se mostra com a complexidade que põe em xeque percepções dicotômicas que classificam formas “novas” e “velhas” do fazer político. Temos muito ainda a percorrer para uma compreensão dos sentidos e significados do fazer político das juventudes, que estão se colocando na disputa para espaços institucionais como o parlamento e cargos executivos eletivos.

A intenção com esta contribuição é apontar possibilidades de análise da representação política, a partir da formação de identidades, ações, agendas, processos organizativos e de ocupação de espaços políticos por jovens. Esses processos organizativos e de participação política não são lineares e se ordenam dentro e fora de espaços institucionais, com trajetórias diversas que podem se apresentar por múltiplas formas de representação, diferenciadas ou sobrepostas, e mesmo de múltiplos pertencimentos. Apesar da participação juvenil parlamentar na Câmara dos Deputados ser aquém da representação das juventudes brasileiras, observamos um cenário de crescente participação e em constante ebulição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria (orgs.). **Junho de 2013 – a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023.
- ARAÚJO, Rogério de; BARROS, Oliveira Renata Furtado; PEREZ, Olivia Cristina. Jovens e opinião sobre política: Seme-lhanças e diferenças entre as juventudes de direita e de esquerda in *STUDIA POLITICÆ*. no Brasil. Córdoba: Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales /Universidad Católica de Córdoba, n. 57, 2022.
- ARAÚJO, Rogério de Oliveira; PEREZ, Olivia Cristina. Antipartidarismo entre as juventudes no Brasil, Chile e Colômbia. **Revista Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.26 n.50 p.327-349 jan.-jun, 2021.
- BARBOSA J. R., Movimento Brasil Livre (MBL) e “Estudantes Pela Liberdade (EPL)”: Ativismo Político, Think Tanks e Protestos da Direita no Brasil Contemporâneo. 41º Encontro Anual da ANPOCS, CAXAMBU, MG, 2017
- BENDELLI, Talita; MARTÍN, María. Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. **El País**, São Paulo, 15 mar. 2015. Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html. Acesso em: 29 jun. 2024.
- BENEVIDES, S. C. O.; MARTINS, T. J.; SILVA, M. F. da; PASSOS, A. Q. Impeachment sem crime é golpe: considerações sobre o processo de deposição de Dilma Rousseff in GONZÁLEZ, M. V. E.; CRUZ, D. U. da (orgs.) **Democracia na América Latina [recurso eletrônico]: democratização, tensões e aprendizados Buenos Aires**. CLACSO; Feira de Santana: Editora Zarte, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cader-nos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006, p.329-376.
- BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 20 set. 2024a.
- BRASIL. **Portal de Dados Abertos do TSE**. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/>. Acesso em: 20 set. 2024b.
- CANO, Ignácio. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, nº 31, set./dez. 2012, p. 94-119 - Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Rural Youth A Political Actor of Social Movements in Brazil and Its Impact on Youth Policies. *In*: BENEDICTO, Jorge; URTEAGA, Maritza; ROCCA, Dolores (orgs.). **Young People in Complex and Unequal Societies: Doing Youth Studies in Spain and Latin America**. 1 ed. Leiden; Boston: Brill, 2022, v.18, p. 328-354.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Seguimos no Furacão! Junho de 2013, por um balanço com as juventudes. **Revista Esquerda Petista**, setembro, nº. 15, 2023. Disponível em <https://pagina13.org.br/seguimos-no-furacao-junho-de-2013-por-um-balanco-com-as-juventudes/> Acessado em: 22 nov. 2024.
- CASTRO, Elisa Guaraná de., Representação Política das Juventudes no Brasil: jovens candidatos/as e eleitos/as para a Câmara dos Deputados 2014 – 2022. **Revista Estudos de Sociologia** (RES). Araraquara: UNESP, novembro de 2024 (previsão).
- CASTRO, Elisa Guaraná de; DULCI, Luiza. Representação Política das Juventudes no Brasil: jovens candidatos/as e eleitos/as para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas 2014 – 2022. Belém: **21º Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2023.
- CASTRO, Elisa Guaraná de; MACEDO, Severine Carmem. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Revista Direito e Práxis**, v.10/2, p.1214-1238, 2019.
- CASTRO, Elisa Guaraná de; MARTINS, Maíra; ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira de; RODRIGUES, Maria Emilia Barrios; CARVALHO, Joyce Gomes de. **Os Jovens estão indo embora?** - juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: EDUR/Mauad, 2009. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/20159>. Acesso em: 20 set. 2024.
- CASTRO, Elisa Guaraná de; OLIVEIRA, Raphaella. M. de; RICO, Thiago. C. As Políticas Públicas para Juventude no Brasil - revendo a trajetória recente. *In*: LARA, René Unda; VÁZQUEZ, Melina; BERETTA, Diego; PEREZ, Olivia (orgs.). **Jóvenes, Estado y acción colectiva: lecturas generacionales de la política en el contexto pandémico**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Cuenca: Abya-Yala, Universidad Politécnica Salesiana, 2024.
- DULCI, Luiza; MACEDO, Severine Carmem. Quando a juventude se torna agenda governamental: reconhecimento político e direito a ter direitos nos governos Lula e Dilma. *In*: MARTIN, Laura; VITAGLIANO, Luis (Orgs.). **Juventude no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.
- FRASER, Nancy. Reconhecimento Sem Ética? **Lua Nova**, São Paulo, 70: 101-138, 2007.
- FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na era Pós-Socialista. *In*: SOUZA, Jessé. **Democracia Hoje: novos desafios para a política democrática contemporânea**. Brasília, UNB, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. Manifestações de Protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em

- cena. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba: Champagnat e PUCPR, v.16, n.47, p. 125-146, jan/abr. 2016.
- GOMES, Karine do Prado Ferreira. **Comunicação e resistência na cibercultura: Movimentos Net-ativistas e as controvérsias do Movimento Brasil Livre**. Dissertação de mestrado. – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Goiânia, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em 21 nov. 2024.
- MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmopolização dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-9922017.3203004> Acesso em 19 de nov. 2024.
- NOVAES, Regina. Juventude/juventudes? **Comunicações ISER**, Rio de Janeiro, v. 17, nº. 50, 1998.
- PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio. (org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.
- PEREZ, Olívia Cristina. Sistematização crítica das interpretações acadêmicas brasileiras sobre as Jornadas de Junho de 2013. **Izquierdas**, v. 1, p. 1-16, 2021.
- PEREZ, Olívia Cristina; VOMMARO, Pablo. Apresentação. In: PEREZ, Olívia Cristina; VOMMARO, Pablo. (Org.) **Juventudes latino-americanas: Desafios e potencialidades no contexto da pandemia**. **Civitas**: revista de Ciências Sociais, 23(1), 2023.
- PIGNATARO, Ádrian; TREMÍNIO, Ilka; CHAVARRÍA-MORA, Elias. Democracia, apoyo ciudadano y nuevas generaciones frente al retroceso democrático en Centroamérica. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, Universidad de Costa Rica, Facultad de Ciencias Sociales Vol. 47, p.1-30, 2021. DOI: 10.15517/aeca.v47i0.49734. Disponível em: Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/anuario/article/view/49734>. Acesso em: 20 sep. 2024.
- PINHEIRO, Daniel Moraes; COSTA, Victoria Vilvert; FARIAS, Gisela Rabelo. Juventude, engajamento e cultura política: uma análise a partir dos movimentos de renovação política. **Revista Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v.9, nº.17, p. 15-32, jul-dez, 2021.
- RAMOS, Jair. de S. Subjetivação e poder no ciberespaço. Da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. **Vivência: revista de antropologia**. Natal: UFRN/DAN/PPGAS v. I., nº. 45, jan/jun. de 2015.
- RIBEIRO, Eliane (2016). Políticas de juventude no Brasil: conhecimento e percepção. In PINHEIRO, D. [et al] (Orgs) **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças** /. – Rio de Janeiro :Unirio, 2016. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/agenda-juventude-brasil-leituras-sobre-uma-decada-de-mudancas/> Acesso em 18 nov. 2024.
- ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; PAVEZ, Thais. **Bolsonarismo Sem Bolsonaro?** São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, Série Direitos Humanos, 2024.
- SEMÁN, Pablo. Introducción. La piedra en el espejo de la ilusión progresista. In: SEMÁN, Pablo (org.). **Está entre nosotros**: de dónde sale y hasta dónde puede llegar la extrema derecha que no vimos venir? Buenos Aires: Siglo XXI Editores. Argentina, 2023.
- STOLCKE, Verena. O Enigma das Interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos Impérios Transatlânticos do século XVI a XX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(1):336, janeiro-abril, 2006, p. 15-41.
- UOL. Radar do Congresso. Proposições. 2019. Disponível em: <https://radar.congressoemfoco.com.br/parlamentar/1204534/proposicoes>. Acesso em: 20 set. 2024.
- WOLF, Eric R. **Envisioning Power: Ideologies of Dominance and Crisis**. Los Angeles: University of California Press, 1999.

ANEXO

SIGLA	NOME
<u>AGIR</u>	AGIR
<u>AVANTE</u>	AVANTE
<u>CIDADANIA</u>	CIDADANIA
<u>DC</u>	DEMOCRACIA CRISTÃ
<u>DEM</u>	DEMOCRATAS
<u>MDB</u>	MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
<u>MOBILIZA</u>	MOBILIZAÇÃO NACIONAL
<u>NOVO</u>	PARTIDO NOVO
<u>PCB</u>	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
<u>PCdoB</u>	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
<u>PCO</u>	PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA
<u>PDT</u>	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
<u>PHS</u>	PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
<u>PL</u>	PARTIDO LIBERAL
<u>PMB</u>	PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA
<u>PMN</u>	PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
<u>PODE</u>	PODEMOS
<u>PP</u>	PROGRESSISTAS
<u>PPL</u>	PARTIDO PÁTRIA LIVRE
<u>PRD</u>	PARTIDO RENOVAÇÃO DEMOCRÁTICA
<u>PROS</u>	PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM NACIONAL
<u>PRP</u>	PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
<u>PRTB</u>	PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
<u>PSB</u>	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
<u>PSC</u>	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
<u>PSD</u>	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
<u>PSDB</u>	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
<u>PSL</u>	PARTIDO SOCIAL LIBERAL
<u>PSOL</u>	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
<u>PSTU</u>	PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO
<u>PT</u>	PARTIDO DOS TRABALHADORES
<u>PTB</u>	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
<u>PV</u>	PARTIDO VERDE
<u>REDE</u>	REDE SUSTENTABILIDADE
<u>REPUBLICANOS</u>	REPUBLICANOS
<u>SOLIDARIEDADE</u>	SOLIDARIEDADE
<u>UNIÃO</u>	UNIÃO BRASIL
<u>UP</u>	UNIDADE POPULAR

AUTORES

Elisa Guaraná de Castro é antropóloga, professora Titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante do Núcleo de Antropologia da Política. Integra o Grupo de Trabalho Infâncias y juventudes - Clasco. Co-coordenadora do Grupo de Trabalho CNPq- Gênero e Ruralidades. Presidente da Associação Docente da UFRRJ (ADUR-RJ).

Paloma Chaves Lima é advogada especialista em Direito Eleitoral, ex-assessora parlamentar, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e integra o Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (Lappcom-UFRJ).

Tony Souza é graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), integrante do Grupo de Pesquisa Juventude, Participação Política e Representação Social (UFRRJ) e bolsista pelo mesmo grupo (PIBIC/CNPq/UFRRJ).

Larissa Rodrigues é graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), integrante do Grupo de Pesquisa Juventude, Participação Política e Representação Social (UFRRJ).

Luisa Seixas é graduanda em Ciência Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e integrante do Grupo de Pesquisa Juventude, Participação Política e Representação Social (UFRRJ).

Milena Grasseli é graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), integrante do Grupo de Pesquisa Juventude, Participação Política e Representação Social (UFRRJ).

Pedro Henrique Silva é graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Bolsista Iniciação Científica/Faperj e integrante do Grupo de Pesquisa Juventude, Participação Política e Representação Social (UFRRJ).

Raphaella Miranda de Oliveira é licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e integrante do Grupo de Pesquisa Juventude, Participação Política e Representação Social (UFRRJ).

Rebeca Gonçalves é graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), integrante do Grupo de Pesquisa Juventude, Participação Política e Representação Social (UFRRJ).

FICHA TÉCNICA

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 • São Paulo • SP • Brasil

Responsáveis:

Jan Souverein, representante e diretor geral da FES no Brasil
Willian Habermann, diretor de projetos

<https://brasil.fes.de>

Contato:

fesbrasil@fes.de

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

JUVENTUDES NO OLHO DO FURACÃO E A REPRESENTAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sub-representação e super votação em um estudo comparado de 2014/2018/2022



No Congresso Brasileiro, menos de 4% de deputados e deputadas federais têm até 29 anos e menos de 12% até 35 anos. Dois fenômenos chamam a atenção: observamos um aumento significativo da participação de eleitores jovens até 17 anos e temos jovens até 29 anos que foram eleitos com super votações. Mesmo no que diz respeito à disputa ao árido espaço do Congresso Nacional, com baixa representação para a população juvenil, temos intensa participação e resultados de peso no cenário nacional. Como na presença importante das jovens mulheres e seu impacto na ligeira redução da desigualdade entre homens e mulheres na representação parlamentar.



Os embates mais recentes no cenário político brasileiro são mobilizados por parlamentares de diferentes matizes políticas, bem como a articulação de pertencimentos intersectados por marcadores sociais da diferença, debates sobre valores morais e sobre a caracterização do papel do Estado. A atuação das juventudes na política é intensa e se mostra com a complexidade que põe em xeque percepções dicotômicas que classificam formas “novas” e “velhas” do fazer política. Renovação deve ser percebida muito além da renovação geracional, mas também, como disputas sobre projetos de sociedade, podendo representar continuidades e rupturas, construções conservadoras e progressistas.



A intenção com esta contribuição é apontar possibilidades de análise da representação política, a partir da formação de identidades, ações, agendas, processos organizativos e de ocupação de espaços políticos por jovens. Esses processos organizativos e de participação política não são lineares e se ordenam dentro e fora de espaços institucionais, com trajetórias diversas que podem se apresentar por múltiplas formas de representação, diferenciadas ou sobrepostas, e mesmo de múltiplos pertencimentos. Apesar da participação juvenil parlamentar na Câmara dos Deputados ser aquém da representação das juventudes brasileiras, observamos um cenário de crescente participação e em constante ebulição.

Para mais informações sobre o tema, acesse:

<https://brasil.fes.de>